

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 717
24 de Setembro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1 - Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

A Paz:

«Para assinar um tratado sobre mísseis de médio alcance e mais curto e para cobrir a lista completa de questões sobre as relações entre os dois países, realizar-se-á uma cimeira entre o presidente Reagan e o secretário-geral Gorbatchov. A cimeira realizar-se-á no Outono de 1987».

Neste lacónico parágrafo do comunicado conjunto, divulgado no fim das conversações Shultz-Chevardnadze, em Washington, se condensa a informação sobre as perspectivas de concretização de um passo histórico.



NOTAS DA SIP DO PCP

MANTÊM-SE E AGRAVAM-SE OS PROBLEMAS DE FUNDO DA ECONOMIA NACIONAL

Pág. 1/Semana



Encontro em Sófia

AMIZADE PCP-PC BÚLGARO

No dia 16 de Setembro teve lugar em Sófia um encontro do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, com o camarada T. Jivkov, secretário-geral do PC Búlgaro. No tradicional ambiente de fraternidade e camaradagem, realizou-se uma ampla troca de informações e de opiniões sobre a situação nos respectivos países e

a política dos respectivos partidos. Particular atenção foi dada à política do PCB no sentido da reestruturação económica, social e política em curso na Bulgária, à situação política existente em Portugal, decorrente das eleições de 19 de Julho, à luta pela Paz e a problemas do movimento comunista internacional.

Foi reafirmado o propósito de reforçar e aprofundar a cooperação entre os dois partidos. Nesse sentido terá lugar, a partir do dia 28 do corrente, a visita a Portugal de uma delegação do PC Búlgaro, dirigida pelo membro da Comissão Política e do Secretariado do PCB, camarada Milko Balev (ao centro na foto).

COMÍCIO

DE HOMENAGEM
A CARAVELA E CASQUINHA

ESCOURAL

DOMINGO, 27/SETEMBRO/87 - ÀS 16 HORAS
NO LARGO DA REPÚBLICA

COM A PRESENÇA DO CAMARADA

Álvaro Cunhal

Secretário Geral do PCP

OS CASOS DA CEL-CAT E DA QUIMIGAL

Págs. 4 e 5/Semana

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 717

24 de Setembro de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Tarefa urgente: travar a ofensiva dos monopólios

No próximo mês de Outubro, terminadas as férias parlamentares e dois meses depois da discussão e aprovação do Programa do Governo, a nova Assembleia da República eleita em 19 de Julho vai, na prática, iniciar uma das sessões legislativas que se prefigura como das mais agitadas e de maiores repercussões institucionais nos últimos 12 anos.

Para os que centram a sua análise política exclusivamente no que se passa na Assembleia da República e na maior ou menor viveza dos debates parlamentares, para os que têm por hábito fazer uma leitura de superfície dos acontecimentos nacionais, este aparentemente pacífico interregno dos trabalhos da AR pode induzir a uma acalmia nas atribulações dos portugueses, a uma tréguia no conflito social e nas preocupações populares do dia-a-dia, talvez mesmo — quem sabe? — a um prelúdio de «estabilidade» política, de folgança económica e de benesses sociais prenunciadas por Cavaco Silva e outros arautos do Governo PSD. Apesar da importância política dos trabalhos da AR e da relativa calma deste interregno parlamentar seria, contudo, uma indução manifestamente errada.

Claro que o período das férias traz um afrouxamento das tensões. Mesmo com todas as desigualdades de fruição muita coisa é afectada pela transitória paralisação da actividade do País. Milhares de emigrantes vieram até à Pátria matar saudades, um grande número de turistas invadiu as lusas praias e encheu de colorido as ruas das cidades, o comércio conheceu uma certa reanimação.

Necessariamente a vida política teve também outro ritmo.

A dura realidade, porém, impõe-se e os que leram pela rama a situação do País dão-se de repente conta de que os males da sociedade portuguesa actual se mantêm e em alguns casos mesmo se agravam. A vida retoma a sua cadência, mas de repente também muitos se dão conta de que a vida e a luta são inseparáveis e de que as novas realidades exigem do movimento operário, popular e democrático uma adequada resposta no terreno da unidade, da conjugação e dinamização da luta institucional e da luta de massas.

Um crescente número de cidadãos dá-se de repente conta de que o processo de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e de restauração dos monopólios — que inspira o Governo Cavaco Silva — não veraneou, não entrou em férias, antes ganhou novo fôlego com a vitória eleitoral do PSD e a sua conquista da maioria absoluta da AR.

A direita restauracionista governante não esteve inactiva neste período de férias.

A concretização pela via legislativa e administrativa de medidas abertamente inconstitucionais preconizadas no Programa do Governo — com relevo para a privatização das empresas públicas, num processo que foi crumentemente «sistemático» pelo Primeiro-Ministro na sua celebrada entrevista ao «Financial Times» — deu novos e significativos passos.

Simultaneamente, a intensificação da maior ofensiva no plano institucional contra as conquistas democráticas do povo português e para a completa desfiguração do carácter democrático da Constituição da República prossegue e encontra-se numa fase de intensos preparativos e negociações de bastidores para uma projectada revisão a curto prazo destinada a garantir e san-

cionar no plano constitucional a política de factos consumados da direita governante.

De maneira implacável, sob o influxo da integração na CEE, está em pleno curso uma dinâmica de destruição acelerada das conquistas de Abril e das transformações económicas, sociais e culturais operadas no desenvolvimento do processo da Revolução de 74, objectivo que agita e inspira os actos dos ministros dos círculos do grande capital na Indústria, no Comércio, na Agricultura e os colaboracionistas da UGT.

Os perigos são reais e não podem ser subestimados.

Mas se os perigos são reais e não devem ser subestimados seria profundamente errado concluir que a ofensiva da direita restauracionista não tem possibilidades de a entrar numa primeira fase e de a inverter depois numa fase subsequente se a isso se dispuserem.

No plano económico, no plano financeiro, no plano laboral, no plano eleitoral, no plano autárquico é uma ofensiva generalizada a que as forças democráticas, em condições que se tornaram mais complexas, têm de fazer face e derrotar.

Aprofundar o reconhecimento objectivo da situação actual e da nova correlação de forças é uma exigente tarefa dos dias correntes para uma justa acção das massas populares.

É inegável que o Governo Cavaco Silva/PSD detém ainda recursos que lhe permitem desenvolver uma acção demagógica — de suporte da sua política restauracionista — de efeitos desmobilizadores entre certas camadas populares menos conscientes.

Apesar da sua visível erosão, num ritmo que ganha velocidade, não deve subestimar-se a importância dos meios financeiros acumulados durante uma conjuntura económica externa favorável a Portugal e as possibilidades que oferecem ainda ao Governo de acorrer a uma ou outra carência das mais flagrantes sem resolver o fundamental.

O PCP não perilha a concepção do «quanto pior melhor». Os comunistas são os lutadores mais consequentes pela elevação das condições de vida do povo, pela recuperação da economia nacional, pela solução dos problemas sociais que afectam duramente os trabalhadores e os portugueses de menores recursos, pela independência nacional ameaçada.

O PCP estará na primeira linha da luta pelo cumprimento de tudo o que o Governo prometeu ao povo na sua campanha eleitoral susceptível de melhorar o seu teor de vida.

Entretanto problemas nacionais agudos e carências sociais das mais graves continuam por resolver e a que o Governo Cavaco Silva/PSD se mostra incapaz de dar solução.

Factores novos fizeram a sua aparição e outros assumiram uma relevância que coloca na ordem do dia a necessidade urgente de uma travagem da ofensiva restauracionista.

Para o PCP a imagem de estabilidade política, de folgança económica e de benesses sociais que o Governo quer dar de si próprio é uma imagem falsa que não resiste à lógica da restauração dos monopólios e do seu poder político que é a do projecto e da prática política do Governo PSD.

A destruição do Sector Público e Nacionalizado, o desmantelamento das empresas públicas mais rentáveis como forma de transição para a sua completa transferência para o grande capital privado não esperam pela revisão constitucional para serem operadas pela via legislativa e nem esperam sequer pela aprovação legislativa da maioria parlamentar do Governo para se operarem pela via do Executivo.

Neste brutal aceleramento da reprivatização das empresas públicas e nacionalizadas ganham vulto o seu corolário social mais violento com a liquidação de milhares de postos de trabalho e o aumento sem limites do contingente do desemprego e o seu corolário económico com a destruição de largas manchas do nosso aparelho produtivo sob as exigências dos monopólios eurocidentais e com a subordinação da solvência financeira das empresas à alta especulação bolsista.

Os casos da Siderurgia Nacional e da Quimigal são paradigmáticos.

No caso da Siderurgia é o próprio secretário de Estado da Indústria que após uma reunião do Conselho de Ministros da Indústria da CEE defende como uma fatal necessidade o despedimento de 2000 trabalhadores da SN em consequência da «reconversão» e ele, secretário de Estado, informa estar já a negociar as «ajudas comunitárias de carácter social para os despedidos»!

No caso da Quimigal o desmembramento da empresa em várias outras dirigidas por uma «holding» (de onde seria mais fácil aos Mellos dirigir a reconstituição do antigo império da CUF) levaria ao despedimento de mais 2700 trabalhadores até 1990 o que significaria que o desmembramento da Quimigal, ainda há cinco anos empregando 11 500 trabalhadores e agora somente 8700, a levaria a reduzir para 6000 nos seus efectivos de trabalho dentro de 2 anos.

As anunciadas medidas contra a Reforma Agrária, as leis do Arrendamento Rural, dos Baldios e do emparcelamento rural constituem outra linha de acção profundamente desestabilizadora, atentatória dos interesses dos que trabalham o campo e gravemente lesiva da economia nacional.

O Governo Cavaco Silva/PSD não oculta as suas intenções de — uma vez mais em frontal conflito com a legitimidade constitucional — levar até às últimas consequências a ofensiva contra a Reforma Agrária de forma a concretizar o restabelecimento dos latifúndios que tem constituído peça central da acção dos sucessivos governos responsáveis pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Nas restantes zonas do País igualmente a concentração capitalista da terra, e subserviência dos ditames da política agrícola da CEE, o total desrespeito pelos interesses dos pequenos e médios agricultores, dos reprodutores e dos povos que, mercê de uma luta secular consagrada em lei no Portugal de Abril, usufruem colectivamente dos baldios constituem outros tantos factores que apenas beneficiam o grande capital, os grandes agrários e senhorios em prejuízo dos povos e do País.

No plano da legislação laboral cada vez mais a chamada «flexibilização» se define como um passaporte para a completa li-

beralização dos despedimentos, para a completa insegurança no mercado do trabalho. É neste quadro que devem ser vistos os escândalos do trabalho precário; do trabalho infantil (Cavaco chora lágrimas de crocodilo pelas pobres crianças que sofrem mutilações em trabalhos de grave risco físico); o drama dos salários em atraso, a proliferação dos contratos a prazo (15 por cento da população empregada); os subsídios aos desempregados (70 mil em cerca de meio milhão de desocupados); as perspectivas novas do trabalho mercenário no âmbito da CEE. As reformas compulsivas, a demagogia dos programas para os jovens (com uns balões de oxigénio num curto período do ano) não anulam nem ocultam a gravidade dos problemas que afectam a população trabalhadora.

O pungente drama dos salários em atraso que o Governo elude na sua verdadeira dimensão e se comprometeu a resolver nas suas promessas eleitorais continua a agravar-se.

É escandalosa a fraude dos números do novo Ministério do Emprego que dava apenas um contingente de 32 842 trabalhadores de 278 empresas, quando só em Lisboa existiam mais de 19 000 e no Porto mais de 14 000 trabalhadores naquelas condições. O caso da Facar, do Porto, há dois meses paralisada e com os seus mais de mil trabalhadores há quatro meses sem salários, é um exemplo flagrante. No Porto, onde o Governo referia apenas 5952 casos...

No plano económico, o mito do «paraíso» caquavista começa a mostrar as grandes manchas da «poluição». A integração na CEE fez-nos importar os «fenómenos» já verificados na Irlanda e Grécia, isto é, Portugal que tinha em Dezembro de 1985 no comércio com os países da CEE um saldo positivo de 1,2 milhões de contos passou para um saldo negativo de cerca de 57 milhões de contos em Dezembro de 1986 e para cerca de 153 milhões nos primeiros sete meses de 1987 num défice total de 320 milhões, prevendo-se um considerável acréscimo no fim do ano.

Para tentar obstar a esta evolução negativa o Governo decreta agora um indiscriminado corte do crédito e já se fala que se prepara para um indiscriminado aumento da carga fiscal no orçamento para 1988.

Nesta fase e nesta conjuntura uma grande responsabilidade recai sobre as forças democráticas no seu conjunto e sobre o movimento operário organizado.

A posição do PCP é clara: os comunistas não darão tréguas aos serventuários do grande capital. Em estreita ligação com os trabalhadores e o povo lutarão na frente de massas e na frente institucional contra a ofensiva restauracionista da direita.

E o PS, que vai fazer o PS nas actuais circunstâncias? Vai conciliar-se com a direita, vai garantir com a sua redução, mas decisiva força parlamentar a desfiguração de Abril na Constituição da República em favor das forças restauracionistas e da contra-revolução?

Os socialistas fiéis ao regime democrático e em particular os decisivos trabalhadores socialistas têm uma palavra a dizer neste decisivo contencioso: com as forças democráticas em conjunto ou em novas alianças com a direita?

Os comunistas têm uma opção clara e dela jamais se desviarão: sempre com o povo, com os trabalhadores para a defesa do regime democrático.

Resumo

16 Quarta-feira

A Direcção da Reserva Natural do Estuário do Tejo exige um estudo do impacto ambiental do eventual alargamento do campo de tiro de Alcochete e o secretário de Estado do Ambiente diz, sobre este facto, que ele não constitui facto consumado e irreversível ■ Obstetrícia, cardiologia e pediatria são algumas das especialidades do Hospital de Tomar que a ministra Beleza quer fazer desaparecer, por despacho, daquela instituição hospitalar, facto que já mereceu o protesto veemente dos eleitos da ex-APU na Câmara e Assembleia Municipal ■ Quinze e vinte e dois anos são, respectivamente, as idades das (duas) vítimas mortais (trabalhadores) da explosão verificada na fábrica de artigos de cortiça Falecol, em Lourosa ■ Em Washington, Chevardnadze e Shultz anunciam progressos na ultrapassagem de divergências quanto a questões do controlo de armamento ■ A aviação iraquiana põe fim a uma tréguia por ocasião da visita do secretário-geral da ONU e «lança raids» aéreos contra objectivos petrolíferos iranianos ■ A presidente das Filipinas Corazón Aquino nomeia um novo secretário, no quadro de uma remodelação interpretada como destinada a ganhar a confiança dos militares ■ A Constituição americana comemora duzentos anos.

19 Sábado

O Conselho Nacional da CGTP-IN aprova política reivindicativa para 1988 e decide alargar o debate sobre a participação no Conselho Permanente de Concertação Social com vista a posterior tomada de decisão ■ Para o ministro Álvaro Barreto, em declarações a um programa da Antena Um, a questão prioritária na revisão das leis agrárias são as indemnizações ■ O Conselho Nacional do PRD rejeita maioritariamente uma proposta de extinção do partido ■ Inicia-se, em Évora, o primeiro encontro internacional das cidades declaradas património mundial pela UNESCO, denominado «Evora — os Povos e as Artes» ■ O Iraque lança ataques contra instalações petrolíferas iranianas, situadas perto de Teerã, o que não acontecia já há vários meses ■ Os cinco ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da América Central decidem em Manágua criar uma comissão especial para examinar a «simultaneidade» da aplicação do acordo de paz ■ Altradores emboscados assassinaram, em Manila, Leandro Alejandro, secretário-geral da Nova Aliança Nacionalista, uma organização de esquerda nas Filipinas que conta com um milhão de aderentes.

17 Quinta-feira

A SIP do PCP afirma em nota que o agravamento do défice comercial revela que se «mantém e agravam os grandes problemas de fundo da economia portuguesa ■ Em Pomas, Arganil, um homem morre quando participava no combate aos incêndios que lavram na zona ■ No próximo dia 21 de Setembro, data de abertura oficial das aulas, cerca de 30 mil jovens não iniciarão o seu ano lectivo, segundo dados levantados na conferência de imprensa dada pelo ministro da Educação ■ Uma reunião nacional de activistas sindicais da Quimigal-Empresa Pública aprova, em Lisboa, um conjunto de propostas de reestruturação da empresa ■ A Comissão Portuguesa do Ano Internacional da Paz é distinguida com a medalha oficial das Nações Unidas, em prata, comemorativa do Ano Internacional da Paz ■ Em Washington, URSS e EUA acordam em iniciar até ao próximo dia 1 de Dezembro «negociações completas» sobre a limitação dos ensaios nucleares ■ Os chefes de Estado da Linha da Frente reúnem-se em Dar-es-Salaam na Tanzânia, para analisar a situação na África Austral ■ O Senador americano aprova uma medida que impede Reagan de prosseguir o programa da «guerra das estrelas», sem prévia autorização do Congresso.

18 Sexta-feira

Em Lisboa reúne o Conselho Nacional da CGTP-IN para debater a política reivindicativa e de Segurança Social e a participação da Central nos órgãos tripartidos, enquanto no Porto a USP desafia em conferência de imprensa o governo a «comprovar e a comparar, caso a caso, as em-

presas onde, presentemente, se pagam ou não os salários em dia ■ Os deputados do PCP no Parlamento Europeu propõem aos restantes deputados portugueses uma acção conjugada tendente a obter uma «intervenção clara do PE contra a instalação da lixeira nuclear de Aldeadávila». Robert Maxwell, um dos patrões da televisão privada internacional assinada com Rui Mateus, auto-candidato à privatização em Portugal, um protocolo com vista à participação conjunta em projectos de comunicação social em Portugal ■ Morre Américo Thomaz, último presidente da República durante a ditadura fascista, derubada com o 25 de Abril ■ Em Washington, a União Soviética e os EUA acordam os princípios para a assinatura de um tratado sobre o desmantelamento de todos os subsistemas de médio e curto alcance, suscitado em princípio em Outubro aquando da previsível cimeira entre Gorbachov e Reagan ■ Ao cabo de 15 horas de discussão, termina em Bruxelas, sem conclusões, a reunião de ministros e secretários de Estado do Orçamento da CEE sobre o projecto de Orçamento para 1988.

19 Sábado

O Conselho Nacional da CGTP-IN aprova política reivindicativa para 1988 e decide alargar o debate sobre a participação no Conselho Permanente de Concertação Social com vista a posterior tomada de decisão ■ Para o ministro Álvaro Barreto, em declarações a um programa da Antena Um, a questão prioritária na revisão das leis agrárias são as indemnizações ■ O Conselho Nacional do PRD rejeita maioritariamente uma proposta de extinção do partido ■ Inicia-se, em Évora, o primeiro encontro internacional das cidades declaradas património mundial pela UNESCO, denominado «Evora — os Povos e as Artes» ■ O Iraque lança ataques contra instalações petrolíferas iranianas, situadas perto de Teerã, o que não acontecia já há vários meses ■ Os cinco ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da América Central decidem em Manágua criar uma comissão especial para examinar a «simultaneidade» da aplicação do acordo de paz ■ Altradores emboscados assassinaram, em Manila, Leandro Alejandro, secretário-geral da Nova Aliança Nacionalista, uma organização de esquerda nas Filipinas que conta com um milhão de aderentes.

20 Domingo

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do distrito do Porto conclui que foi a negligência por parte da empresa, no tocante a normas de segurança, que esteve na origem do acidente que há dias vitimou um jovem ■ O Conselho Nacional do PRD confirma o engenheiro Hermínio Martinho como presidente em exercício do partido, mandando-o para propor na próxima reunião uma nova composição para a Comissão Directiva ■ A Liga para a Protecção da Natureza considera que o alargamento do campo de tiro de Alcochete cria uma «situação de risco» para a Reserva Natural do Estuário do Tejo ■ Em Tunes, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da Liga Árabe decidem convocar uma cimeira extraordinária para dia 8 de Novembro em Aman para discutir

a situação no Golfo ■ Em Manila, realiza-se uma manifestação de apoio à presidente Corazón Aquino com uma participação considerada relativamente a anteriores momentos.

21 Segunda-feira

Abrem as aulas na maioria das escolas, mantendo-se segundo a FENPROF, «todas as situações graves» ■ O secretário de Estado da Indústria, António Fernandes de Sousa, afirma, no final da reunião do Conselho de Ministros da Indústria da CEE realizada em Bruxelas, que a reconversão da Siderurgia provocará o despedimento de cerca de dois mil trabalhadores em Portugal e mais de 80 mil em toda a Europa «Comunitária» ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros português encontra-se em Washington, à margem da Assembleia Geral da ONU, com Eduard Chevardnadze ■ O Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, inicia hoje uma visita de três dias a França, primeira etapa de uma viagem pela Europa Ocidental que o trará a Portugal ■ Ronald Reagan, ao discursar na Assembleia Geral da ONU, reafirma a sua intenção de prosseguir o programa de «guerra das estrelas» ■ Kim Dae-Jung e Kim Young-Sam, dois principais dirigentes da oposição sul-coreana, anunciaram um acordo de princípio para uma candidatura única às eleições presidenciais contra o candidato do actual regime ■ Os mineiros ingleses iniciam uma greve às horas extraordinárias por tempo indeterminado em protesto contra um novo código disciplinar introduzido pelo patronato.

22 Terça-feira

A SIP do PCP considera em comunicado que as medidas preconizadas envolvendo o despedimento de cerca de dois mil trabalhadores da Siderurgia Nacional são uma «triste confirmação de advérbios e denúncias» que há muito o PCP vem fazendo ■ A Comissão Intersindical dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional realça, em comunicado sobre a mesma questão, a dificuldade com que o Governo encara a «reestruturação» da SN face ao êxito que constitui a poupança de três milhões de contos pela empresa até ao final deste ano ■ A correcção pela OCDE dos dados referentes à previsão da taxa de inflação para 1988 (de 7,5 por cento para 8 por cento) é entendida pela CGTP com um dado que retira credibilidade às previsões do Governo sobre indicadores económicos importantes ■ Os 130 trabalhadores da fábrica de fogões «Gazeta» (empresa pertencente ao Sector Empresarial do Estado) da Amadora ficam desde hoje ameaçados de despedimento devido à declaração judicial de falência da empresa por acção dos credores ■ A situação no golfo Pérsico sofre um perigosagramento com o bombardeamento de um petroleiro com pavilhão inglês por uma vedeta iraniana e o ataque de um helicóptero norte-americano contra um navio mercante do Irão ■ O presidente da Costa Rica, Oscar Arias, apela à «suspensão da ajuda militar» aos «contras» numa intervenção perante o Congresso dos EUA.

Avante!

Profissionais de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODIX: Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1899 Lisboa
CODIX: Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: R. João de Deus, 24 - 2700 Amadora, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 4000 Porto
Tel. 69 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécúlo, 80 - 1200 Lisboa
CODIX: Tel. 26394

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova do Bairo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 576 - 4000 Porto
Tel. 69 98 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreno da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57 4.º, Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36 77 57 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205-85

Mantêm-se e agravam-se os grandes problemas de fundo da economia nacional

— lembra a SIP do PCP

A divulgação recente de indicadores que mostram o agravamento do défice da balança comercial portuguesa e o aumento em flecha do consumo levou a SIP do PCP a lembrar que «se mantêm e agravam os grandes problemas de fundo» da economia nacional; essas informações põem a nu «as bases falsas em que assenta a pseudo-euforia com que o Governo Cavaco Silva e os seus propagandistas procuram caracterizar o comportamento da economia portuguesa nos últimos meses» — afirma a Secção de Informação e Propaganda do Partido.

Entretanto, a afirmação feita em Bruxelas pelo secretário de Estado da Indústria quanto ao facto de a reconversão da Siderurgia Nacional conduzir a cerca de 2 mil despedimentos é considerada noutra nota distribuída na tarde de terça-feira «uma triste confirmação de advertências e denúncias que de há muito o PCP vem formulando».

Ambos os documentos salientam a necessidade de alterar a política dos últimos anos, aproveitando os recursos nacionais e defendendo a independência do país.

Tendo em conta a importância e actualidade destas tomadas de posição, o «Avante!» publica na íntegra aquelas notas de imprensa da SIP.

Política económica

1. A publicação nos últimos dias de alguns indicadores relativos à evolução da situação económica — nomeadamente sobre o agravamento do défice da balança comercial e sobre o «disparo» do consumo, nos primeiros meses de 1987 — evidencia as bases falsas em que assenta a pseudo-euforia com que o Governo Cavaco Silva e os seus propagandistas procuram caracterizar o comportamento da economia portuguesa nos últimos meses e, em particular, após as eleições de 19 de Julho.

2. Na verdade, o agravamento do défice comercial em 51,8 por cento até Julho — nomeadamente pelo grande crescimento das importações destinadas a alimentar o aumento do consumo — revela que se mantêm e agravam os grandes problemas de fundo da economia portuguesa, o que não pode deixar de suscitar graves inquietações, quer pela vulnerabilidade da economia portuguesa à concorrência

de produtos da CEE, quer pelo enorme peso da dívida externa portuguesa.

3. Este agravamento do défice comercial concentra-se especialmente nos países da CEE, tendo aumentado de 1986 para 1987 em cerca de 170 por cento.

Por outro lado, a política de promoção do crescimento acelerado do consumo — expresso num ritmo de crescimento de cerca de 12 por cento nos primeiros sete meses do ano — constitui uma das peças essenciais da política demagógica do governo minoritário do PSD, visando conquistar, de qualquer maneira e mesmo à custa do agravamento ulterior dos problemas nacionais, o apoio de

sectores significativos do eleitorado particularmente sensíveis ao aumento, mesmo que conjuntural, da sua capacidade aquisitiva.

As iniciativas e decisões já anunciadas pelo governo depois das eleições para tentar travar e controlar este «disparo» do consumo — cortes em consumos populares, restrições na concessão de crédito, limitações aos aumentos salariais, aumento dos impostos indirectos, redução das despesas públicas com serviços sociais — evidenciam que a preocupação e o objectivo do governo não era antes das eleições, como não é depois, satisfazer melhor as necessidades de melhoria das condições de vida da maioria dos portugueses.

4. Ao contrário da política do governo, o que o país e a economia nacional precisam não é da redução do consumo popular, do agravamento do desequilíbrio na distribuição do rendimento nacional, da transferência de meios de produção e bens públicos para o grande capital, do corte nas despesas públicas de carácter social.

Portugal precisa de uma política económica virada para o aumento, a valorização e a modernização da produção nacional, satisfazendo a crescente procura

interna e promovendo o emprego.

Portugal precisa de uma política de promoção e valorização dos recursos do país, orientada para a defesa consequente e intransigente da independência nacional.»

Despedimentos na Siderurgia

1. A afirmação ontem feita (dia 21) pelo secretário de Estado da Indústria em Bruxelas, no final de uma reunião do Conselho de Ministros da CEE, de que a reconversão da Siderurgia Nacional, no quadro das decisões comunitárias, iria provocar cerca de dois mil despedimentos naquela empresa pública, constitui uma triste confirmação de advertências e denúncias que de há muito o PCP vem formulando, perante o silêncio comprometido de sucessivos governos.

2. Na origem dos perigos e ameaças que agora se adensam sobre aquela importante empresa e sobre os seus trabalhadores encontram-se, articuladamente, dois factores essenciais:

a) a política desenvolvida por sucessivos governos, de

signadamente a partir de 1979, congelando, adiando e contrariando os planos de expansão da produção e de modernização da Siderurgia Nacional (que conduziu a que cerca de 40 milhões de contos de maquinaria adquirida esteja criminosamente há vários anos encaixotada e a deteriorar-se) e que teve como consequência natural que os índices de produtividade da empresa se tenham agravado em relação aos de outros países da CEE;

b) a integração na CEE, que tem na indústria siderúrgica nacional uma das mais nitidas e indiscutíveis expressões de como tal operação se reveste de gravíssimas consequências para a economia e os interesses nacionais, que foram totalmente sacrificados no respectivo processo de negociação (designadamente no protocolo 20).

3. São os responsáveis por uma tal orientação que pretendem agora instituir como natural e inevitável o que, de um ponto de vista nacional, pode e deve ser considerado uma violência destruidora que cumpre a todo o custo evitar.

É um absurdo que um país como Portugal, cuja indústria siderúrgica, na actual gama de produtos que fabrica, apenas cobre cerca de

60 por cento da procura interna, que tem mão-de-obra altamente qualificada e valiosos recursos naturais para aproveitar, seja impedido de promover a expansão e a modernização de uma indústria essencial para o seu desenvolvimento, a pretexto do pagamento da factura de uma crise siderúrgica da CEE para a qual em nada contribuiu.

4. A modernização e expansão da Siderurgia Nacional e a defesa dos seus postos de trabalho serão certamente rotulados de velhos anacronismos por aqueles que de há muito agem deliberadamente contra o aparelho produtivo nacional e de há muito abdicaram da representação e salvaguarda dos interesses nacionais.

Mas continuam a ser objectivos justos e indispensáveis para todos quantos acreditam que o progresso e o desenvolvimento do país se constroem, não com despedimentos, mas com o esforço e a inteligência dos que trabalham, não com a delapidação das riquezas nacionais, mas com o seu aproveitamento, não com a destruição e o enfraquecimento de empresas, mas com a sua modernização ao serviço do país.»

Conselho Nacional da CGTP-IN

O Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu na sua reunião de sexta-feira e sábado passados promover as comemorações do 17.º aniversário da criação da central sindical sob o lema «Somos o futuro». Foi marcado para 12 de Dezembro o Encontro Nacional sobre Segurança Social e foram definidas as linhas fundamentais da política reivindicativa para 1988. Aquele organismo aprovou ainda um conjunto de reivindicações imediatas e decidiu

alargar a discussão sobre a possível participação no Conselho Permanente de Concertação Social.

A posição da CGTP-IN face ao CPCS, que já foi objecto de discussão no último congresso da Inter, será definida depois de consultado o plenário nacional de sindicatos, órgão máximo entre congressos.

Entre as reivindicações imediatas da CGTP figuram um novo valor para o salário mínimo nacional (28 500 es-

culos) e para o valor mínimo das pensões (55 por cento do salário mínimo), bem como para a actualização de pensões e prestações.

O Conselho Nacional da CGTP definiu como linhas fundamentais da política reivindicativa para 1988 a criação e defesa dos postos de trabalho a par da garantia de estabilidade no emprego, o aumento do poder de compra dos trabalhadores, a redução da semana de trabalho para um máximo de 40

horas, a melhoria das condições de trabalho e a garantia do direito à segurança social. O CN chamou ainda a atenção para os «níveis precários» que continua a ter o flagelo dos salários em atraso.

A central vai empenhar-se no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores face às intenções de privatização do sector empresarial do Estado manifestadas pelo Governo — segundo referiu em conferência de imprensa Manuel Carvalho da Silva, coor-

denador da Comissão Executiva da CGTP. O CN apelou ainda à solidariedade do movimento sindical para com os trabalhadores agrícolas na defesa da Reforma Agrária.

No âmbito das comemorações do aniversário da CGTP-IN a União dos Sindicatos de Lisboa anunciou já a realização na capital de uma sessão solene no auditório do BESCL (Rua D. Luís I), às 21.30 do dia 1 de Outubro.



PCP

Com amor

— Bom dia. Desculpe, pode dizer-me se é membro do Governo?
— Não.
— Talvez de algum outro órgão de soberania?
— Também não.
— É então da administração da empresa?
— Não, não sou.
— Mas é pelo menos accionista?
— Nada disso. Mas porque é que...
— Lamento muito mas terá que fazer o favor de sair daqui.
— Sair daqui? Mas isto é um banco público!
— Era. Agora é privado, pelo que a sua utilização está reservada, como deve compreender, às pessoas que...

Que se saiba, ainda não chegámos a este ponto. No entanto, com a dinâmica privatizadora que o actual elenco governativo demonstra, pode ser que não falte muito para que o pacato cidadão seja confrontado com situações destas. Os bancos públicos serão porventura os últimos da longa lista de privatizações governamentais, mas ninguém garante que não cheguemos a situações assim caricatas.

Depois da televisão, da rádio, dos jornais, dos cimentos, do tabaco, dos bancos (aqueles do dinheiro, não os de jardim), dos transportes, da siderurgia, e de tudo o mais que possa dar dinheiro a privados bolsos de clientelas políticas presentes, passadas e futuras, é de crer que outros promissores domínios se apresentem à iniciativa dos intrépidos gestores da «res pública», apostados em torná-la cada vez mais «res» e menos «pública».

Como diriam os jovens convertidos aos por enquanto fáceis dinheiros da CEE, privatizar é o que está a dar.

Por isso mesmo é que passaram as férias e os ócios do desemprego nos cursos para agricultores, construtores civis, jardineiros, educadores, carpinteiros, enfermeiros, etc., etc., que se não os transformam, no futuro, em privados empreendedores dos respectivos ramos, servem ao menos no presente para arrecadar meia dúzia de tostões para as suas não menos privadas necessidades.

Embora o país seja pequeno, o que não faltam por aí são coisas para privatizar. Imagine-se, por exemplo, o dinheiro que não se arrecadava privatizando o palácio de S. Bento, cujas instalações seriam depois alugadas aos deputados para sua serventia; podia-se até instituir o sistema de senhas de entrada, «faz favor senhor eleito são tantos escudos, conserve o bilhete até à hora de sair».

E as praias? Imagine-se só o dinheiro que não davam naqueles dias de calor abrasador em que não há cão nem gato que resista a dar o seu mergulhozinho nem que seja nas águas poluídas q.b. da linha do Estoril! É claro que como se trataria de um empreendimento sazonal, as taxas de utilização teriam de ser mais caras, ou então, em alternativa, os privados gestores das mesmas (proprietários é uma palavra tão feia!) seriam preferidos na exploração de iniciativas de Inverno. Ah, sim! Iniciativas de Inverno, mas afinal para que serve a lusa imaginação, mais a mais temperada com o sal do «savoir faire» europeu? Por exemplo, a televisão. É só adaptar-lhe um sistema à laia dos telefones, com ranhura e caixa para moedas — quem não pagar não vê e no fim de cada mês os empregados da privada iniciativa procederiam à recolha e estatística dos níveis de utilização, com a vantagem de poderem rapidamente decidir quem é que não merecia dispor de tão elevada tecnologia.

Tudo isto, é claro, feito dentro da lei e na melhor das relações sociais. Com gentileza, com educação, com civismo, numa palavra, com Amor, como fez o favor de esclarecer um pasquim que por aí anda e dá pelo nome de «Diabo».

Sim, as privatizações deste governo são feitas com Amor. Quem não gostar, não se queixe.

■ A. F.

Montijo

Conclusões da reunião da Comissão Concelhia

A generalização de um movimento de opinião pública adverso ao pretendido alargamento do campo de tiro de **Alcochete** foi salientada no decurso da recente reunião da Comissão Concelhia do PCP do Montijo.

As consequências dessa ampliação sentir-se-iam no plano ecológico, transformando-se num crime condenável à luz de Convenções internacionais a que o Estado português se obrigou desde 1980, sublinham os comunistas do Montijo.

Com o aumento das explosões e do tiroteio, surgem em cadeia problemas como o maior risco de incêndios florestais, a segurança das

populações e o equilíbrio bio-físico da reserva do estuário do Tejo, sem esquecer outras condições ambientais como a do corredor migratório de cegonhas brancas, a ser neste momento estudado por reconhecidos ornitólogos.

Em contacto com a nossa Redacção, a Concelhia do Partido informa que a reunião — efectuada no passado dia 19 — daquele organismo de direcção contou com a presença dos camaradas **Américo Leal**, do CC e do Secretariado da Direcção Regional de Setúbal (DORS), **Valdemar Santos** e **Carlos Fernandes**, da DORS e que, a par do tratamento de alguns aspectos da situação

social e política, o debate incidiu fundamentalmente sobre questões organizativas do Partido.

Na perspectiva de corresponder ao relançamento da campanha organizativa (ver «O Militante») e a outras tarefas da vida partidária, a reunião aprovou a última fase do calendário de iniciativas no concelho. Além de Assembleias das organizações, estão previstas sessões-debate sobre temas de viva actualidade para a população do Montijo. A **Saúde e o Hospital Distrital** (cada vez mais desguarnecido de serviços essenciais), o **movimento associativo**, a **agricultura e a CEE** são temas

já confirmados para essas iniciativas.

Oportunamente também decorrerá um encontro concelhio da CDU essencialmente virado para o trabalho nas autarquias, quase todas de maioria PS/PSD.

A propósito, a Comissão Concelhia do PCP condenou energicamente o comentário publicado no boletim municipal do actual presidente da CM do Montijo aos resultados eleitorais de 19 de Julho no concelho. Apesar do PS, o seu partido, ter obtido aí o pior resultado de sempre, o dirigente socialista manifesta o seu grande entusiasmo com a votação registada no PSD e no PS.



Mais de uma centena de jovens participou numa recente iniciativa CDU em Peniche, no distrito de Leiria. Foi um domingo bem passado, numa confraternização que se estendeu à Berlenga, depois de uma animada viagem de barco. Toda a gente gostou e parece que, à semelhança do que tem acontecido em vários pontos do País (recorde-se o acampamento no Cabeço de Montachique, em Loures), os jovens que participaram na campanha da CDU querem continuar a encontrar-se e a conviver

Santarém

Vários temas de actualidade político-partidária estarão em foco na reunião geral de militantes comunistas marcada para **amanhã**, às 21 horas, no Centro de Trabalho da Direcção Regional de **Santarém** (DORSA) do PCP.

Festa das Colheitas em Santa Justa

Por iniciativa da Comissão Local do PCP, Santa Justa, no concelho de Coruche, vai ter no fim-de-semana de 3 e 4 de Outubro a Festa das Colheitas, com um programa que inclui actividades desportivas, bailes, folclore, fado

e música popular.

O deputado comunista **Lino de Carvalho** intervirá numa sessão a realizar no segundo dia da festa. Na próxima edição do «Avante!» divulgaremos todos os pormenores desta iniciativa.

Camarada Falecido

Vítor Hugo dos Santos

Realizou-se anteontem, do Instituto de Medicina Legal em Lisboa para o cemitério de Torres Vedras, o funeral do nosso camarada Vítor Hugo da Costa Tomás dos Santos, de 50 anos, vítima de acidente de automóvel registado no último sábado. Membro do PCP desde há várias décadas, persistente lutador antifascista, Vítor Santos conheceu várias vezes as prisões da Pide. À família enlutada, assim como aos seus amigos e companheiros, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Festas de jornais irmãos

«L'Humanité», órgão central do Partido Comunista Francês. A festa, onde acorreram centenas de milhar de pessoas, realizou-se no fim-de-semana de 12/13 de Setembro. E por ela passaram, não apenas a juventude, a alegria, a fraternidade e solidariedade internacionalista, mas também as propostas do PCF para solucionar a crise que a França vive hoje. O discurso do camarada Andre Lajoinie, membro da Comissão Política do CC do PCF e candidato do Partido para as próximas eleições presidenciais, contendo as respostas do Partido às graves ameaças da política da direita do governo francês, foi bastante aplaudido.

O PCP esteve representado por Jorge Matos, membro do Comité Central. O nosso «Avante!» tinha, como todos os anos, o seu stand na Cidade Internacional, que foi visitada por muitos emigrantes portugueses e muitos outros visitantes da Festa.

«Unsere Zeit», órgão central do DKP (Partido Comunista da RFA).

A festa realizou-se em Dvisburg, de 11 a 13. O PCP esteve representado pelo camarada Martins Coelho, do Comité Central, e o nosso jornal esteve presente também através de stand. O presidente da Câmara de Dvisburg do SPD (social-democratas), recebeu todas as delegações. A grande afluência à festa teve uma marca predominantemente juvenil. O camarada Herbert Mies, presidente do DKP, fez uma intervenção política centrada nos problemas da paz e problemas sociais e económicos que se vivem na RFA.

«Traball», órgão central do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC).

O camarada Emídio Ribeiro, membro suplente do CC, representou a DORP do PCP. A festa decorreu de 11 a 13, em Barcelona, e incluiu debates e espectáculos. No comício tomaram a palavra os camaradas Rafael Ribó, do PSUC e Gerard Iglésias, secretário-geral do PCE.

Nacional

«Évora, os Povos e as Artes» prossegue com êxito até domingo

Encerra no próximo domingo, após uma semana recheada de manifestações artísticas e culturais, o encontro internacional «Évora, os Povos e as Artes», iniciativa que reúne na capital do Alto Alentejo representações de cinco das trinta e três cidades classificadas pela UNESCO como património mundial.

Destinado a promover a aproximação e o intercâmbio cultural entre os povos, o encontro está a permitir uma valiosa troca de experiências técnicas e científicas no âmbito da recuperação e salvaguarda dos centros históricos, contribuindo simultaneamente para a valorização do património e da cultura e para a cooperação entre os povos.

No acto de abertura deste encontro internacional — uma iniciativa da Câmara Municipal de Évora que contou com a colaboração de organizações locais ligadas à cultura e com o apoio de diversas entidades oficiais — o

Presidente da República enalteceu a importância de que se reveste a protecção e a salvaguarda do património, afirmando a propósito que «constituem obrigações que se põem irreversivelmente às sociedades dos nossos dias».

Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal, pôs em destaque por seu turno na sessão inaugural o «papel preponderante» desempenhado pelo Poder Local democrático na resolução dos problemas do desenvolvimento económico, social e cultural, áreas que considerou imprescindíveis para que se possa «falar de paz».

Na sua alocução, proferida no Salão Nobre dos Paços do Concelho, Abílio Fernandes sublinhou ainda perante numerosas personalidades nacionais e estrangeiras que «o estabelecimento de um clima de paz passa pela resolução dos problemas da população, os quais na maior parte das vezes estão na origem dos conflitos sociais».

Na iniciativa participam representações de Angra do Heroísmo, Cáceres, Toledo, Nesebar e Suzdal, cidades que trouxeram a Évora interessantes mostras da sua realidade cultural, designadamente no campo da gastronomia e do artesanato.

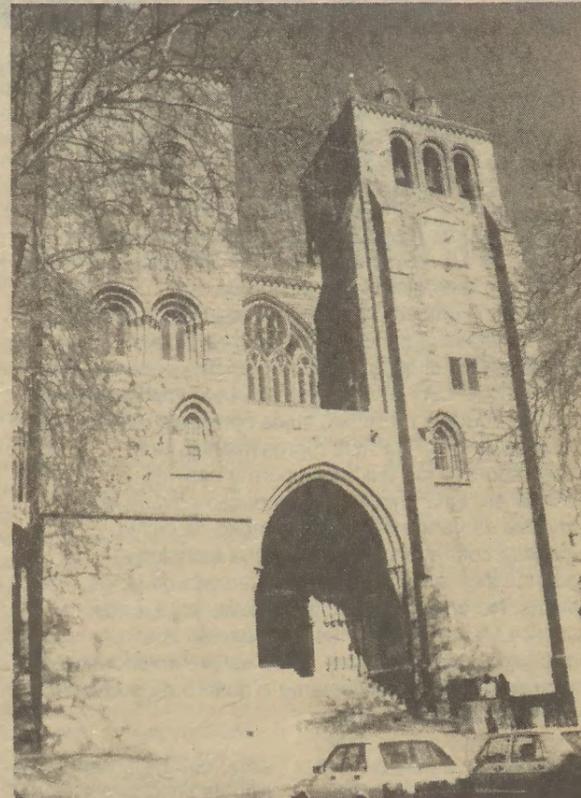
Vasto programa

Para além das exposições permanentes patentes ao público no Jardim Público e no Palácio D. Manuel, destacamos do vasto programa a realização de um colóquio, hoje, pelas 18 horas, subordinado ao tema «Évora, passado e presente», com a presença de Túlio Espanca e Lagoa Henriques, a que se seguirá pelas 21.30 um espectáculo com grupos de folclore das cidades participantes.

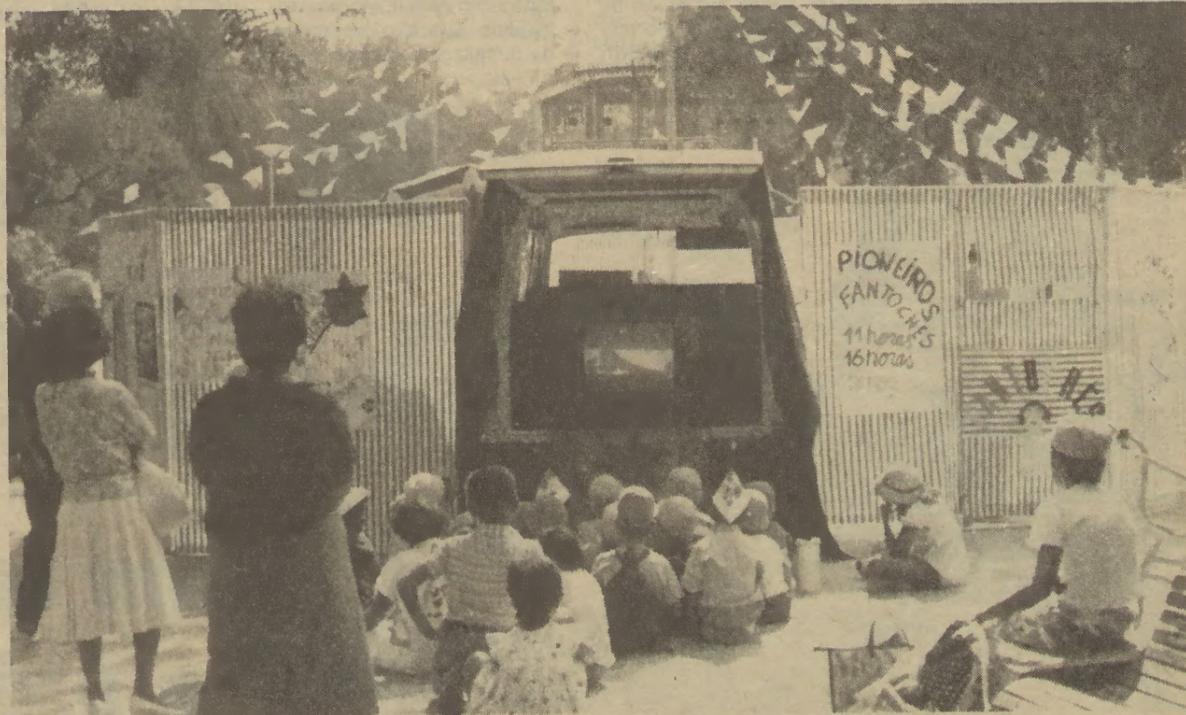
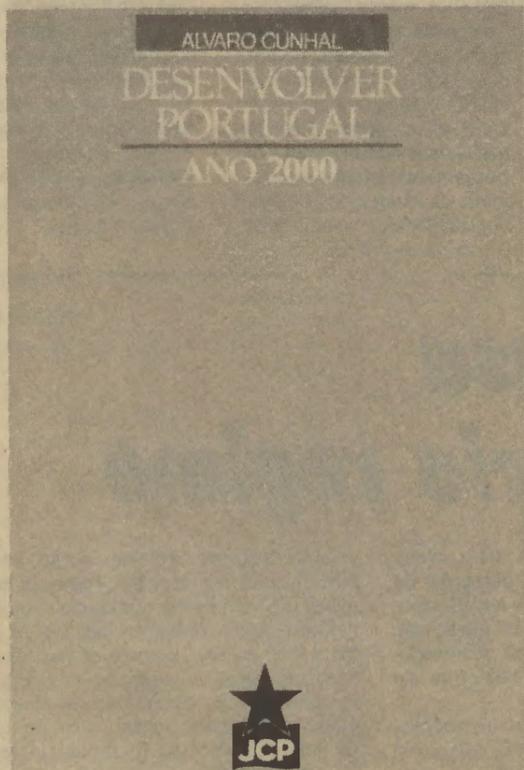
Para amanhã, sexta-feira, o programa tem para oferecer aos visitantes, entre outras iniciativas, um colóquio às 15 horas sobre a «proble-

mática da reabilitação urbana», na sede do Grupo Pró-Évora, um concerto pelo Grupo Polifónico «Eborae Música», às 18 horas, na Igreja dos Loios, um jantar com a cozinha tradicional de Cáceres, no Jardim Público, às 20 horas, e um concerto de piano por Guillermo Urbano Iriarte, às 21.30 horas, no Palácio D. Manuel.

Um concerto pela Orquestra Gulbenkian, às 18.30, no Jardim Público e um espectáculo no mesmo local, pelas 21.30, com o Grupo de Folclore de Toledo, constituem por sua vez os pontos altos do programa de sábado, enquanto que para domingo destacamos o espectáculo de encerramento do III Encontro de Coros, às 16 horas, no Teatro Municipal Garcia de Resende, o desfile de grupos corais alentejanos, às 18 horas, pelas ruas da cidade e o espectáculo de encerramento no Jardim Público, às 21.30, a que se seguirá, pelas 24 horas, fogo-de-artifício na Praça do Giraldo.



Intervenção de Álvaro Cunhal no colóquio/debate realizado na Faculdade de Direito de Lisboa em 14-1-87



«Iniciativa Itinerante» dos Pioneiros

Está hoje no distrito da Guarda a «Iniciativa Itinerante» dos Pioneiros de Portugal, convívio que está nas estradas de Portugal e que já percorreu as regiões de Setúbal, Lisboa, Évora, Beja, Portalegre, Santarém, Porto e Aveiro.

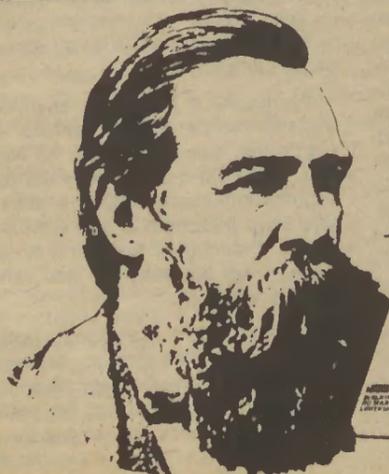
Como nos dizem os Pioneiros, «divertimento e alegria não faltam e isso podem-no confirmar as centenas de crianças que conosco têm pintado, brincado e até disfarçado, pois não falta no nosso espaço um atelier de máscaras». E acres-

centam: «A passagem de vídeo — um pequeno documentário sobre a organização, desenhos animados e filmes têm ocupado o tempo das crianças. Mas o ponto alto da iniciativa consta de uma peça de fantoches na qual a pe-

quenada tem participado em grande número».

E o convite surge inevitavelmente: hoje e amanhã na Guarda, sábado e domingo em Castelo Branco, segunda e terça-feira na Marinha Grande.

Participem.



Revolução e contra-revolução na Alemanha
Friedrich Engels



Revolução e contra-revolução na Alemanha

Um clássico do marxismo, rigorosamente traduzido e anotado. O balanço da revolução de 1848-1849, com base no materialismo histórico em que se desenvolvem os princípios tácticos da luta revolucionária do proletariado.

edições Avante!

Trabalhadores

Firmeza contra sonegação de direitos

O caso CEL-CAT

O patronato ensaia posições insustentáveis na contratação colectiva. Embora pareça ter recuado na CEL-CAT, onde está a ser negociada a revisão do acordo de empresa (AE), este caso merece particular reflexão, pois a primeira contraproposta dos administradores pretendia, nomeadamente, alterar ou eliminar do AE nada menos que 37 cláusulas, em troca de um aumento global de salários da ordem dos 13,5 por cento. A unidade e a firmeza dos trabalhadores e quadros técnicos é indispensável para evitar a sonegação de direitos, alguns deles conquistados em 1969. A CEL-CAT é uma empresa bem implantada no mercado, cotada na Bolsa, cujos principais clientes são a EDP e os CTT/TLP. Os representantes dos trabalhadores, que ouviram sobre o assunto, consideram esta unidade de produção privada uma empresa de vanguarda na fabricação de cabos, equipada com avançada e moderna tecnologia, podendo inclusive concorrer no mercado de fibras ópticas. No entanto, a actual administração, onde pontifica Mário Caldeira, bem conhecido dos trabalhadores da Cometna, onde esteve anteriormente, pretende reduzir drasticamente o quadro de pessoal nos próximos quatro anos.

Falaram ao «Avante!», sobre a situação na CEL-CAT, Jaime Salomão, de 47 anos, dirigente do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas); Sérgio Ribeiro, de 35 anos, membro da Co-

sada, um dia antes da reunião de negociações de revisão do AE da CEL-CAT, iniciada em Junho e interrompida em Agosto por motivo de férias, depois de quatro reuniões. Segundo o SIESI,

regalias que de início propôs.

No entanto, acrescenta o SIESI que a nova posição da CNP lhe merece «reservas», pois embora seja satisfatória quanto à «negociação de matérias de expressão pecuniária», não deixa de incluir «mecanismos condicionadores que, a manterem-se, a poderão condicionar no seu todo».

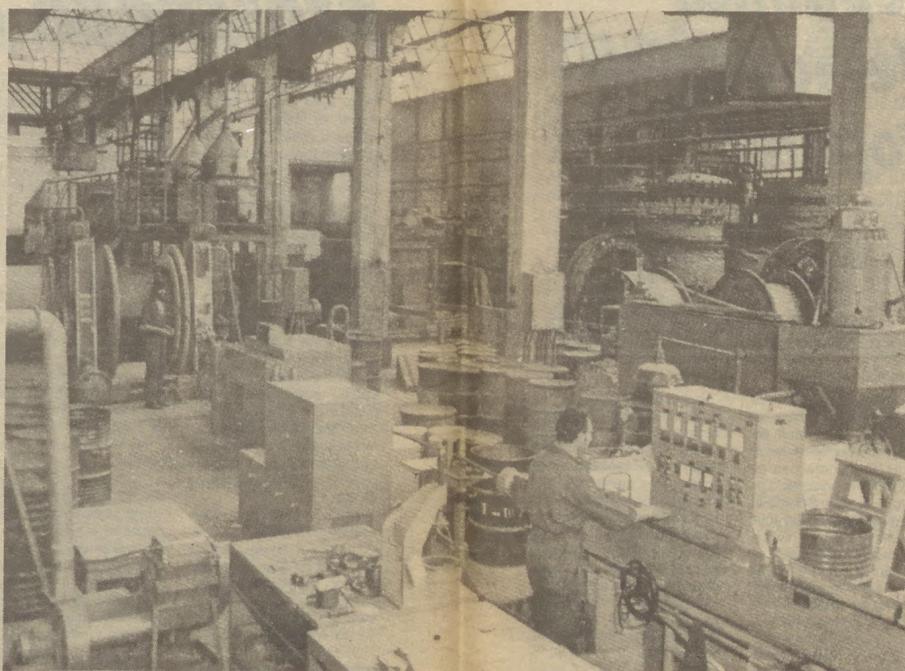
Depois de prever que a negociação se prolongue, a CNS/SIESI afirma que a revisão só poderá ser concluída a curto prazo, se rapidamente a empresa abdicar do princípio de distribuir por critério seu parte dos valores negociados para a tabela salarial.

Sublinha-se esta parte porque constitui uma «novidade» altamente perigosa para os direitos, interesses e regalias da generalidade dos trabalhadores abrangidos pelo AE/CEL-CAT.

É este um dos motivos mais imediatos para o apelo do SIESI à «mobilização de todos os trabalhadores» e quadros, pois a necessidade de firmeza nas negociações

esse total, nos últimos sete meses, para 840 trabalhadores. Mesmo assim, a empresa planeia ficar apenas com um quadro de pessoal de 447 unidades em 1991. O total de efectivos afastados já em 1987 é de 88, segundo o plano da administração. A maioria destes postos de trabalho, a passar-se o mesmo que tem sucedido nos últimos 3/4 anos, desapareceriam do quadro da empresa, que ainda não há muito tempo empregava 1100 trabalhadores. Em pouco mais de dois anos, pois este último total é de 1984, desapareceram 260 postos de trabalho. Com mais cerca de 400 a eliminar até 1991, a administração conseguirá, se os trabalhadores não se opuserem fortemente a esse objectivo, passar a prazo grande parte do pessoal e desarticular a capacidade de reivindicação e luta, empobrecendo ao mesmo tempo a empresa no seu conjunto, como assinalam justamente os trabalhadores ouvidos pelo «Avante!».

Estará a empresa em dificuldades? Os indicadores não mostram nada disso. Os representantes dos trabalhadores por nós ouvidos forneceram-nos elementos suficientes para considerar a empresa em boa situação, com uma boa carteira de encomendas, boa situação financeira, tendo até a carteira de encomendas crescido este ano para além do previsto: mais 400 mil contos do que estava programado, ainda por cima num mercado a crescer. Em valor ilíquido, o



Tecnologia avançada e baixa espectacular do absentismo (em 1978, 15,4 por cento; em 1986, 8,2 por cento) foram duas características assinaláveis referidas ao «Avante!» pelos sindicalistas da CEL-CAT

volume de vendas deve ultrapassar este ano de 1987 os cinco milhões de contos. A CEL-CAT mantém instalações fabris na Venda Nova (Amadora), na Morlema (Pera Pinheiro) e entre a Estrela e Queluz de Baixo, sendo estas últimas destinadas à produção de fibras ópticas, incluindo máquinas para *calear* essas fibras. Não há justificação para reduzir os postos de trabalho, confirmam os dirigentes, delegados sindicais e membro da

CT ouvidos pelo «Avante!». Cotada na Bolsa de Lisboa, a CEL-CAT viu recentemente as suas acções subirem para cinco mil escudos. Segundo os nossos interlocutores, a CEL-CAT ligada à multinacional inglesa BICC, reduziu o pessoal devido a interesses estranhos à empresa e ao País. Na generalidade, os trabalhadores acham que a entrada de Portugal na CEE prejudicou a CEL-CAT. Além disso, segundo a tendência provocada pela introdução

das novas tecnologias a mão-de-obra directa tem vindo a ser reduzida, não devendo atingir hoje os 35 por cento. Mas a unidade não tem, de um modo geral, sido enfraquecida pelo crescimento do papel dos quadros dentro da empresa. E a qualidade não sofre quebras, mas pode sofrer, se o empenho dos trabalhadores diminuir, por verem a empresa a laborar abaixo da sua capacidade de produção.

mas, organização sindical na empresa, garantias dos dirigentes sindicais, direitos e deveres dos delegados sindicais, reuniões dos trabalhadores nas empresas, reuniões com a entidade patronal, cedência das instalações.

No meio desta tentativa, talvez inédita até hoje, é de sublinhar o objectivo de acabar totalmente com a organização dos trabalhadores na empresa.

Relevo, e mesmo forte preocupação merecem também as 10 cláusulas que a administração pretendia (pretende?) alterar e que destacamos em caixa nesta página. Repare-se na sua incidência nas organizações representativas (ORTs), na possibilidade de baixar a categoria profissional de qualquer trabalhador e impedir o controlo de gestão por parte da CT, que é uma disposição legal, como se sabe.

Queriam reduzir, na prática, o AE a zero, sublinham os dirigentes e delegados da CEL-CAT ao «Avante!».

Mas há ainda outra novidade e não de menor tomo. O administrador e principal negociador da revisão do AE pretendia, inicialmente, dispor a seu bel-prazer dos 13,5 por cento que propunha como aumentos salariais. Seria a administração a distribuir essa percentagem global. Era nitidamente a «procura do confronto», como acentuaram os trabalhadores. Facilmente se imagina o resultado que daria um critério destes, como sectores inteiros e trabalhadores individualmente poderiam ser prejudicados, e até «obrigados» a despedir-se. Seria, afinal, a subversão completa de toda a legislação que regula a contratação colectiva, principalmente nos aspectos que mais interessam aos trabalhadores e pelos quais têm lutado duramente, incluindo a sua organização sindical.



Jaime Salomão, Sérgio Ribeiro, Rogério Alexandre e António Coelho na redacção do «Avante!»

missão de Trabalhadores (CT) e do SIESI, com 10 anos de casa; Rogério Alexandre, de 38 anos, membro da Federação sindical do sector (FSTIEP) e delegado sindical do SIESI, com 13 anos de casa; e António Coelho, de 44 anos, com 28 de casa, delegado sindical do SIESI.

O encontro com estes trabalhadores realizou-se na quarta-feira da semana pas-

principal Sindicato representado na comissão negociadora sindical (CNS), naquela reunião do dia 17, «a CNP (comissão negociadora patronal) apresentou informalmente uma proposta, que altera substancialmente as posições anteriormente assumidas, no que diz respeito ao objecto das negociações».

Daqui se depreende que a CNP teria recuado nomeadamente quanto à retirada de

da parte sindical não dispensa o recurso provável à luta em unidade na defesa de interesses comuns.

Redução do emprego

Segundo números da empresa, a CEL-CAT empregava em 1 de Janeiro deste ano 907 trabalhadores. Rescisões, chamadas «por mútuo acordo» e reformas antecipadas devem ter reduzido

Em causa o próprio regime

No entender fraudulento, pois assim se pode chamar, da administração da CEL-CAT, seriam de alterar as 10 cláusulas do AE que a seguir se designam, segundo documento que os sindicalistas da empresa forneceram ao «Avante!».

Cl. 3.ª Designação e categoria profissional (eliminar os pontos 4, 5 e 6, que dizem respeito às condições e garantias do trabalho ocasional); Cl. 7.ª Período experimental (eliminar os pontos 3, 4 e 7 e alterar o ponto 5, ou seja, restringir os direitos dos trabalhadores no acto da admissão e o seu controlo por parte das ORTs); Cl. 16.ª Deveres da entidade patronal (eliminar o ponto 2, no sentido de criar uma maior mobilidade dos trabalhadores, sem ter em conta as suas funções e categorias profissionais); Cl. 18.ª Garantias dos trabalhadores (alterar a alínea d) do ponto 1 e eliminar a alínea h), ou seja, possibilitar a baixa de categoria de qualquer trabalhador e impedir o controlo de gestão por parte da CT); Cl. 19.ª Duração do trabalho (eliminar o ponto 6, ou seja, possibilitar à empresa a não manutenção dos horários de menor duração, que já se praticam); Cl. 31.ª Retribuição do trabalho em dias de descanso e feriados (pretende-se anular, na prática, o espírito com que foi criada esta cláusula); Cl. 41.ª Descanso semanal e feriados (a empresa pretende considerar o sábado como

«dia de descanso semanal» e não um dos dias de descanso semanal, conforme refere o AE); Cl. 54.ª Faltas justificadas sem obrigatoriedade da retribuição (eliminar os pontos 2 e 3, ou seja, considerar injustificadas as faltas dadas no exercício de actos humanitários, e na necessidade de tratar de questões judiciais, militares ou policiais); Cl. 57.ª Comunicação e justificação de faltas (eliminar o ponto 6, ou seja, a justificação das faltas ao abrigo da cl. 53.ª, alínea 1); Cl. 76.ª Causas da redução da capacidade de trabalho (eliminar os pontos 1, 4 e 6, ou seja, restringir as obrigações para com os trabalhadores sinistrados ou alvo de doenças profissionais).

Perdoe-se a aridez do assunto pela importância de que se reveste. Infelizmente não será caso único «o caso» da CEL-CAT pelo qual se pretende (ou pretendia) antecipar sobre as piores leis que certo patronato deseja aplicar desde já, na expectativa de que a anunciada revisão das leis laborais lhes venham a dar inteira razão.

Nenhum apelo à unidade efectiva, incluindo os quadros técnicos, estará a mais perante este contexto extremamente perigoso para os trabalhadores em geral, para a vida democrática nas empresas, para a sua prosperidade futura, e mesmo para os interesses vitais do regime.

Alteração e eliminação de cláusulas do AE

Antes da reunião com o patronato na passada quinta-feira, os trabalhadores disseram-nos que a contraproposta da CNP era inegociável. Embora a situação pareça ter-se alterado substancialmente, é útil lembrar que a administração presidida por Mário Caldeira pretendia eliminar 27 cláusulas do AE respeitantes a contratos a prazo, relações nominais e quadros de pessoal, trabalho extraordinário, faltas justificadas com obrigatoriedade de retribuição, faltas injustificadas, consequências das faltas, causas da cessação do contrato de trabalho, cessação por mútuo acordo, rescisão com justa causa, justa causa de rescisão por iniciativa da entidade patronal, proibição de despedimento sem justa causa, ausência de justa causa, determinação de justa causa, rescisão com responsabilidade da entidade patronal, indemnização por rescisão por justa causa pelo trabalhador, denúncia unilateral do contrato pelo trabalhador, falência da empresa, cessação do contrato por caducidade, assistência na doença, refor-

Diálogo e dinamização reclamados na Quimigal

Activistas sindicais e das organizações representativas dos trabalhadores da Quimigal, reunidos na passada quinta-feira em Lisboa, reclamaram «um processo global de dinamização» daquela empresa pública, que tenha por base um «diálogo franco e frutuoso entre o Governo, o Conselho de Gerência, os sindicatos e as ORTs» e «que salvaguarde os interesses nacionais, os postos de trabalho e os restantes direitos dos trabalhadores».

Na reunião, de acordo com as conclusões que chegaram à redacção do «Avante!», foi denunciado o tipo de reestruturação em curso, assente na criação de empresas legalmente independentes e transformação da Quimigal EP em *holding*, como um passo para o seu desmantelamento e posterior entrega ao sector privado.

«Exacerbandos dificuldades, escondendo a sua efectiva responsabilidade nas mesmas, ignorando e desprezando as suas potencialidades e importância estratégica, os sucessivos conselhos de gerência e governos transformaram a Quimigal EP num mau exemplo que tem servido aos arautos e defensores da revivificação e de menos Estado para justificarem o ataque às nacionalizações e a todo o sector empresarial do Estado» — afirmam os activistas da Quimigal no documento aprovado na reunião de dia 17.

Reestruturação e privatização

«É nesta linha — acrescentam — que se insere a acção do actual Conselho

aumento do recurso a serviços e mão-de-obra alugada de empreiteiros e subempreiteiros, ao mesmo tempo que «não é dada plena e compatível ocupação a todos os trabalhadores atingidos pelo encerramento ou diminuição de actividade de unidades produtivas».

A reunião geral de actividades da Quimigal EP reclamou, entre outras medidas, o saneamento financeiro da empresa e uma reestruturação que a dinamize e permita uma melhor gestão integrada das actividades, com o fim das alienações de património; a participação e liderança da Quimigal EP no Projecto Cobre de Neves Corvo; a elaboração e aplicação de um plano de diversificação das actividades da Quimigal EP, que teria em atenção, nomeadamente, trabalho com sal-gema, ácidos e sais inorgânicos de alta pureza e concentrações adaptadas a aplicações específicas como a síntese química e a química analítica, novas produções com base na riqueza florestal existente ou em produtos dela derivados.

Foi ainda decidido «activar a luta pela defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores», em particular contra a «política autocrática na gestão dos recursos humanos» e pela «progressiva eliminação do trabalho de empreitada» concedido a empresas exteriores à Quimigal.

Os activistas sindicais e das ORTs da Quimigal manifestaram a sua disposição de «tudo fazerem» para a dinamização da actividade sindical, o reforço da sindicalização, a eleição e formação de novos delegados sindicais e para melhorarem o trabalho das organizações representativas dos trabalhadores.

Resistir é a palavra de ordem

Os activistas reunidos em Lisboa afirmaram-se dispo-

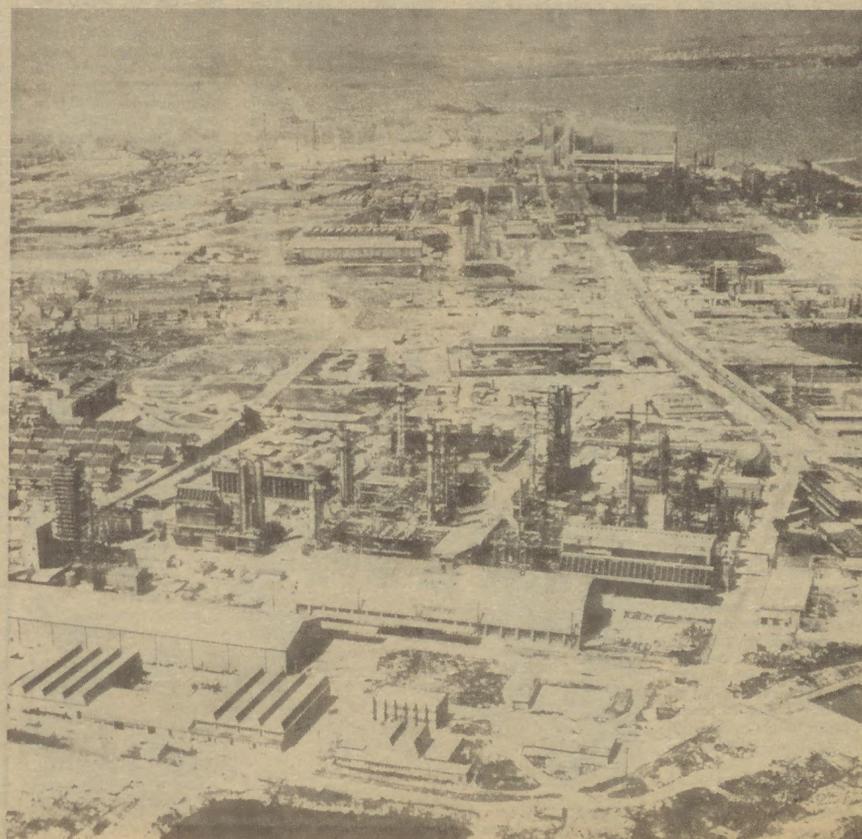


Imagem da Quimigal, obtida por ocasião do 7.º aniversário da nacionalização, em 1984

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL



edições *Avante!*

Internacional

MÉDIO ORIENTE

As teias do imperialismo que sustêm a guerra

A reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe, efectuada no passado domingo em Tunes, decidiu convocar uma cimeira árabe extraordinária para o próximo dia 8 de Novembro, tendo como tema central dos debates a guerra do Golfo.

De acordo com o comunicado final aprovado em Tunes, os chefes de Estado daquela organização deverão examinar «a evolução da guerra irano-iraquiana sob todos os seus aspectos e as ameaças contínuas que pesa sobre os Estados árabes do Golfo e que reduzem a capacidade da nação árabe de fazer face ao desafio fundamental representado pela agressão israelita».

Se o mês e meio que medeia até à cimeira lhe retira em certa medida o carácter de urgência que a situação justificaria, o agravamento da tensão registado nos últimos dias no Golfo demonstra como é importante encontrar formas aceitáveis de pôr fim ao conflito. O ataque de um helicóptero da fragata porta-mísseis norte-americana «Jarret» a um navio iraniano, incendiando-o, a pretexto de que estaria a minar as águas junto do Bahrain e o ataque por vedetas rápidas, no norte do Golfo Pérsico, a um petroleiro com pavilhão britânico, o Gentle Breeze, fazem prever nova agudização do conflito, numa altura em que toda a serenidade seria desejável para não dificultar as conversações que esta semana terão lugar nas Nações Unidas sobre o problema.

Com efeito, o previsto encontro do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, com o presidente iraniano, Ali Khamenei, poderá ser decisivo para a aplicação da resolução do Conselho de Segurança sobre a guerra do Golfo. Depois de os cinco membros permanentes do Conselho terem decidido, a semana passada, adiar qualquer discussão sobre eventuais sanções a aplicar ao Irão, o encontro entre aquelas duas personalidades poderá abrir o caminho para o tão desejado cessar-fogo. O que obviamente será mais difícil com a tomada de posições de força no Golfo que levam a extremar posições de parte a parte.

O primeiro ataque levado a cabo pelas forças norte-americanas não serve certamente os interesses da paz, nem contribui para aplanar as dificuldades num diálogo até agora infrutífero.

Recorda-se que, segundo o relatório do secretário-geral da ONU sobre a sua deslocação ao Médio Oriente, o Irão pretende que «seja estabelecida uma ligação entre o cessar-fogo e a identificação dos responsáveis do conflito», aceitando um plano em que «o anúncio da identificação da parte responsável pelo desencadeamento do conflito e da data de concretização de um cessar-fogo formal tivessem lugar na mesma data».

A serem aceites estas condições pelas partes em conflito, «uma paragem não declarada das hostilidades seria posta em prática duran-

nenhuma circunstância» um cessar-fogo de facto não formalizado, embora não recuse um inquérito sobre as responsabilidades de cada parte na guerra desde que levado a cabo por um órgão imparcial «de natureza judicial».

Se este último aspecto pode vir a ser tratado no âmbito do Tribunal Internacional de Haia, como já foi aventado, compreende-se que a complexidade das formas de actuação em debate não beneficiam com o agudizar dos confrontos e muito menos com a intervenção armada de forças estrangeiras no Golfo.

Após ter vendido secretamente armas ao Irão; ter instigado o Iraque a intensificar

os seus ataques ao Irão; ter reforçado substancialmente a presença militar norte-americana no Golfo e levado os seus aliados europeus a fazer outro tanto, os EUA, enquanto clamam na ONU pelo fim da guerra, parecem estar dispostos a alimentá-la no Golfo com a sua intervenção directa. O que leva a pensar que, perante a possibilidade de pôr termo à guerra, os EUA estão decididos a tudo para recuperar o domínio daquela região estratégica.

Enquanto isso, Israel aproveita a divisão árabe para tentar impedir a realização de uma conferência internacional de paz sobre o Médio Oriente o que agrada particularmente a Washington.

Para bom entendedor...

FILIPINAS

Aumenta a repressão

Leandro Alejandro, secretário-geral da Nova Aliança Nacionalista (Bayan) das Filipinas, foi assassinado no passado sábado em Manila, pouco depois de ter anunciado em conferência de imprensa a realização de manifestações «contra a ameaça crescente do fascismo» no país.

O assassinato do dirigente sindical foi repudiado por milhares de pessoas que saíram à rua na segunda-feira, em protesto contra a militarização do governo de Corazón Aquino, cujas forças de segurança são consideradas responsáveis pelo crime.

A situação nas Filipinas continua entretanto extremamente confusa. Após a demissão do governo, a presidente Aquino, numa aparen-

te cedência às pressões de direita, afastou dois dos seus principais colaboradores considerados mais à esquerda, embora prestando-lhes publicamente um louvor pela sua dedicação e competência. Entretanto, no início da semana, em reunião com os responsáveis militares, a presidente decidiu demitir 17 oficiais implicados na última tentativa de golpe, incluindo três generais e o coronel Gregório Honasan que liderou a rebelião.

Honasan, que se encontra em fuga, anunciou estar disposto a assassinar Corazón Aquino e a prosseguir a luta para dar «uma nova direcção ao país».

Na mesma reunião com os responsáveis militares foi

ainda decidido criar uma nova força «antigolpe» na capital, embora de momento, segundo um porta-voz da presidência, esteja afastada a possibilidade de imposição da lei marcial. Destas medidas a que mais causou apreensão em Manila foi a decisão de nomear chefe de segurança da capital o general Montana, o responsável das forças policiais que em Janeiro último abriram fogo sobre uma manifestação de camponeses junto do palácio presidencial, provocando doze mortos.

Suspensão na altura, Montana regressa agora investido de maiores poderes, o que é tido como mais um sinal do aumento da repressão governamental.



As cedências de Aquino às pressões de direita não têm evitado as sucessivas tentativas de golpe de Estado nas Filipinas

ETIÓPIA

República Democrática Popular

«Nós, trabalhadores da Etiópia, baseando-nos nas realizações da nossa história gloriosa de muitos séculos, estamos a travar uma grandiosa luta revolucionária pela passagem do atraso ao progresso, pela edificação de uma sociedade socialista que garante a justiça e a igualdade» — estas as palavras com que se inicia o preâmbulo da nova Constituição da Etiópia (a primeira depois do derrube de Hailé Selassié), que marca a proclamação da República Democrática Popular.

A cerimónia que marca este importante acontecimento político — assinalada por um impressionante desfile — decorreu nas comemorações do décimo terceiro aniversário da revolução, a 12 de Setembro.

A nova Constituição, que agora entrou em vigor, concede poderes legislativos ao parlamento recentemente eleito — o Shengo —, transferindo o poder de um conselho militar revolucionário para órgãos civis de poder.

Uma das primeiras medidas anunciadas pelo parlamento foi a decisão de atribuir às províncias setentrionais da Eritreia e do Tigre o estatuto de regiões autónomas. Outras três regiões — Assab, Dire Dawa, no litoral do Mar Vermelho, e Ogaden, no extremo oriental do país — receberão também estatutos autónomos. Uma medida que o parlamento valoriza como uma mão da paz estendida, «para que cessem os actos de destruição e derramamento de sangue» e para que «todos participem na construção democrática da nação».

Medidas para criar as condições de paz indispensáveis ao esforço prioritário de desenvolvimento socioeconómico, à construção da sociedade socialista, consagrada na Constituição.

Reforma Agrária e alfabetização

Não faltam problemas por resolver à revolução etíope.

A Etiópia continua hoje ainda na lista dos países com mais baixo nível de receitas per capita. As guerras têm desviado recursos preciosos. O simples facto de existirem no país 80 etnias gera compreensíveis dificuldades. As consequências da seca de 84-85, que ceifou centenas de milhares de vidas, não estão ainda superadas. Menos ainda, naturalmente, os factores — de ordem natural, mas que exigem uma resposta humana — que geram tais desastres.

Importantes passos foram entretanto dados na resolução dos muitos e graves problemas herdados do regime imperial.

A 4 de Março de 1975 foi aprovado o «Decreto sobre a Terra», a Reforma Agrária etíope. Hoje existem no país mais de 2 mil cooperativas de produção e cerca de 4 mil cooperativas de venda e consumo. A Associação Camponesa agrupa mais de 5 milhões de famílias camponesas em 20 mil secções de base. O plano trienal de desenvolvimento do país prevê que a autossuficiência seja atingida no domínio da produção alimentar, em 1989.

Grandes êxitos foram igualmente alcançados no domínio da alfabetização. Mais de 15 milhões de etíopes — 40 por cento da população — aprenderam a ler e a escrever nos últimos 8 anos, no âmbito de uma campanha nacional pela liquidação do analfabetismo. A campanha foi lançada em 1979, quando 93 por cento dos habitantes eram analfabetos. Só no primeiro ano da campanha aprenderam a ler e a escrever 5,4 milhões de pessoas.

Todo este enorme esforço se desenvolve em paralelo ao da criação de dicionários para as diferentes línguas faladas no país. Mais ainda — prevê-se tornar escritas 15 línguas até agora apenas faladas.

As realizações da Etiópia no domínio da instrução foram destacadas pela UNESCO, que em 1982 atribuiu ao país o prémio da Associação Internacional de Leitura e o diploma de honra Krupskaja.

O debate nacional do projecto da nossa Constituição, agora aprovado, constituiu uma oportunidade para amplo debate político de massas. Nos finais do ano passado, um milhão de brochuras com o projecto foi distribuído por todas as cidades e povoações. A 1 de Fevereiro deste ano, realizou-se um referendo, em que o projecto da Constituição é aprovado por 81 por cento dos votos. A 14 de Junho decorrem as eleições para o novo Parlamento.

Hoje está aberto um novo ciclo na vida política do povo etíope.



Internacional

África Austral

Linha da Frente cerra fileiras contra África do Sul

A situação na África Austral continua a dominar as atenções internacionais, quer pelas intensas actividades diplomáticas que vêm sendo desenvolvidas por iniciativa de Angola e pelos países da Linha da Frente em prol da segurança e da paz na região, quer pela persistência do estado de guerra alimentado pela racista África do Sul, com a cumplicidade mais ou menos explícita das principais potências ocidentais. Na semana passada, em Dar-es-Salam, os dirigentes da Linha da Frente e dos movimentos de libertação da África Austral voltaram a sublinhar a necessidade de isolar o regime do *apartheid* e de levar a cabo as deliberações da ONU sobre a independência da Namíbia, condições indispensáveis para a normalização da região.

Reunidos na sequência de novas ameaças sul-africanas aos respectivos países, os presidentes da Tanzânia, Hassan Mwiyl, da Zâmbia, Kenneth Kaunda, de Moçambique, Joaquim Chissano, do Botswana, Quett Masire, o primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, o ministro das Relações Exteriores de Angola, Afonso Van-Dunem e os dirigentes do ANC e da SWAPO, criticaram a relutância dos países ocidentais em aplicar sanções globais e obrigatórias contra o regime racista de Pretória, o que é considerado essencial para a liquidação do *apartheid*.

Durante a reunião, que serviu também para preparar a próxima cimeria da Commonwealth, a realizar em Outubro em Vancouver, no Canadá, cujo tema central será justamente a aplicação de sanções a Pretória e a assistência a conceder aos países da Linha da Frente, foi analisada a situação na África do Sul.

A propósito, o comunicado final da reunião considera que as eleições de Maio passado celebradas apenas pela minoria branca, a renovação por tempo indeterminado do estado de emergência e as restrições impostas aos órgãos de informação locais e a correspondentes estrangeiros na África do Sul, são uma prova da falta de vontade das autoridades de procurar uma solução negociada e eliminar o sistema do *apartheid*. O documento condena ainda o terror desencadeado pela África do Sul na Namíbia contra as populações, os dirigentes da SWAPO e dirigentes sindicais, bem como a persistente agressão contra a República Popular de Angola e o apoio ao grupo fantoche da Unita.

As preocupações expressas pelos responsáveis da Linha da Frente têm toda a razão de ser, pois o ministro sul-africano da Defesa, Magnus Malan, voltou ameaçador de novas agressões a pretexto daqueles países albergarem guerrilheiros do ANC.

Recorda-se que os ataques sul-africanos aos países vizinhos foram sempre precedidos de acusações daquele tipo, sendo de salientar que a morte trágica de Samora Machel, em condições ainda não esclarecidas, foi também antecedida de ameaças de Malan contra a sua pessoa. Magnus Malan voltou agora, no parlamento sul-africano, a ameaçar cla-

ramente os chefes de Estado dos países da Linha da Frente. O que não pode deixar de ser preocupante.

Angola, alvo preferencial

Angola continua a ser, neste contexto, o alvo preferencial dos racistas de Pretória. Segundo informações oficiais, encontram-se em território angolano cerca de oito batalhões das tropas do exército regular sul-africano, compostos por mil e oitocentos homens equipados com vários meios bélicos, incluindo força aérea, que desde o início do mês atacam com intensidade a região do Kuito Kuanalave, a leste da província do Kuando-Kubango e na província do Cunene. Estas acções militares destinam-se, de acordo com as autoridades angolanas, a proteger os bandos da Unita, incapazes de fazer frente às fortes investidas militares do exército angolano.

As consequências destas agressões são dramáticas para Angola. Como revelou a semana passada o ministro das Relações Exteriores, Afonso Van-Dunem «M'Binda», os prejuízos provocados pela política de Pretória foram avaliados pela Comissão de Investigação da ONU em mais de dez mil milhões de dólares.

O ministro, que fez estas declarações na abertura da reunião de dadores da RPA, sexta-feira, em Luanda, alertou para o facto da situação de emergência em que Angola se encontra ter atingido «um novo linear crítico devido às dificuldades do governo em cobrir os défices alimentares».

Tais défices resultam, na sua opinião, da redução das importações comerciais devido à situação financeira do país, resultante por seu turno da guerra imposta pela África do Sul, da queda dos preços do petróleo (principal fonte de receitas da RPA), da tendência decrescente do dólar, de calamidades naturais e da insuficiência de factores de produção.

O aumento substancial da ajuda a Angola é pois premente, sendo indissociável das iniciativas de paz na região.

Proposta de paz

A proposta de acordo glo-

bal apresentada por Angola aos EUA e que tem vindo a ser negociada por ambas as partes, poderia abrir o caminho para a solução pacífica dos problemas da África Austral. Nela se prevê a retirada das tropas sul-africanas de Angola, o fim das agressões sul-africanas, o respeito pela soberania e integridade territorial de Angola, a implementação pela África do Sul da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU para a independência da Namíbia e, cumpridas estas condições, a retirada gradual, escalonada em fases,

das tropas cubanas presentes em Angola.

A ser alcançado, o acordo deverá ser assinado por Angola, África do Sul, Cuba e SWAPO, sob a égide dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Angola e os EUA deverão recomençar em breve as conversações sobre esta proposta, que levou já o subsecretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos, Chester Crocker, a deslocar-se por duas vezes a aquele país.

A visita que o presidente

José Eduardo dos Santos efectua actualmente à Europa, designadamente a França e posteriormente a Portugal, deverá também ter incidências no desenvolvimento desta proposta de paz regional. Recorda-se que a diplomacia angolana registou recentemente uma importante vitória, com o apoio de Moçambique como mediano, ao conseguir a libertação pela África do Sul de 133 angolanos, um cidadão francês e outro holandês, em troca do capitão sul-africano Waynard du Toit, capturado pelas FAPLA quando chefiava

um comando especial que visava a destruição das instalações petrolíferas de Malonga, no Norte de Angola.

Apesar da complexidade dos problemas e interesses em jogo na África Austral, é um facto inegável que os dirigentes angolanos têm vindo a conseguir captar crescentes apoios internacionais, factor que pode ser decisivo nas negociações em curso com os Estados Unidos, não só para que estes deixem de apoiar os bandidos da Unita como também para que pressionem Pretória a aceitar o acordo de paz.

Centraleza

Organização de chefes tribais contra o apartheid

O movimento anti-*apartheid* foi reforçado no passado domingo com a criação de uma nova organização — a Centraleza, formada por cerca de 60 chefes tribais sul-africanos, que se propõem «organizar e unir todos os dirigentes tradicionais negros na luta pela liberdade.»

Em comunicado distribuído à imprensa (que violou as limitações impostas pela censura para o divulgar), os chefes tribais dão conta da realização de um congresso secreto em Joanesburgo, que contou com a participação de governadores dos bantustões nomeados pelo regime de Botha mas que a ele se opõem. Entre os participantes contam-se chefes que se encontram actualmente na clandestinidade devido à luta que travam contra o *apartheid* e alguns dos chefes recentemente libertados após detenções sem julgamento por se manifestarem contra as normas impostas pelo governo racista para os bantustões.

No seu documento, a Centraleza afirma dispor de um amplo apoio entre a população negra de dezenas de bantustões, os tristemente célebres «homelands» a que Pretória tem procurado confinar a maioria negra e invoca o nome de chefes negros que se bateram contra os colonizadores holandeses e britânicos do século XIX, cujo exemplo se propõe seguir pois, como afirma, tem igualmente um papel a cumprir.

É nosso dever, diz o comunicado, participar activamente na luta pela libertação nacional, por uma África do Sul democrática, unida e sem opressão racial, contra todas as formas de tribalismo e contra todos os conflitos provocados pelo *apartheid* no seio do nosso povo.

Os fundadores da nova organização declararam ainda o seu apoio ao Congresso Nacional Africano (ANC) e exigiram a libertação de Nelson Mandela, dirigente histórico do ANC, bem como de todos os presos políticos.

A formação da Centraleza constitui mais um profundo golpe no regime racista sul-africano, que na luta pela sua sobrevivência tem apostado bastante nas divisões tribais existentes no país, explorando e empolando as divergências entre elas. Neste importante passo para a sua unidade, os chefes tribais revelam de forma clara a elevada consciência da necessidade de conjugar todos os esforços para liquidar o *apartheid* e a conquista da plena cidadania pela maioria sul-africana.

Desconhecem-se ainda as reacções do governo de Pretória a esta iniciativa, mas é de prever que acusará o golpe, sobretudo tendo em consideração que ela representa o falhanço da nova tentativa divisionista de Botha que há poucos dias havia anunciado a «proposta» de conceder a um número reduzido de negros, previamente seleccionados, o direito de voto, e de levar a cabo a formação de um «conselho multirracial» para a elaboração de reformas.

De salientar que ambas as «propostas» foram prontamente denunciadas como «manobras» do governo de minoria branca. O ANC referiu a propósito do direito de voto anunciado por Botha que nada significa pois pretende tornar a exigência universal de um regime maioritário baseado no sistema de um homem, um voto. A Frente Democrática Unida (UDF), por seu turno, salientou que a decisão de constituir um «conselho multirracial» não passa da tentativa de repetir a manobra de há três anos, quando no Parlamento foram admitidos representantes da comunidade

indiana e de «cor» (mestiços), que não dispunham de qualquer poder real.

Como afirmou um representante da UDF em conferência de imprensa, tal iniciativa está «condenada ao fracasso» e quando o governo se convencer de que, mais uma vez, não conseguirá debilitar o movimento anti-*apartheid* através do «jogo de reformas», recorrerá à repressão que é o seu método predilecto. Todas e quaisquer tentativas de regularizar a situação no país, dis-

se ainda, serão fúteis enquanto o governo não cumprir as exigências de princípio: abolir o estado de emergência, libertar Nelson Mandela e os outros presos políticos e levantar a proibição à actividade do Congresso Nacional Africano da África do Sul e de outras organizações políticas.

A criação da Centraleza vem confirmá-lo. As manobras divisionistas de Pretória estão condenadas ao fracasso.



A libertação de Nelson Mandela e de todos os presos políticos na África do Sul é uma das exigências da «Centraleza», movimento anti-*apartheid* criado no passado domingo por cerca de 60 chefes tribais sul-africanos, que se propõem «organizar e unir todos os dirigentes tradicionais negros na luta pela liberdade». O apoio igualmente expresso pela «Centraleza» ao Congresso Nacional Africano (ANC) define com clareza o carácter anti-racista, patriótico e solidário do novo movimento, que vem assim reforçar a heróica luta do povo sul-africano (na foto, Nelson Mandela, vestido com traje tradicional da sua tribo, a «Xhosa»)

Internacional

O primeiro passo para o desarmamento nuclear • Cimeira no Outono

«Para assinar um tratado sobre mísseis de médio alcance e mais curto e para cobrir a lista completa de questões sobre as relações entre os dois países, realizar-se-á uma cimeira entre o presidente Reagan e o secretário-geral Gorbachov. A cimeira realizar-se-á no Outono de 1987». Neste lacónico parágrafo do comunicado conjunto, divulgado no fim das conversações Shultz — Chevardnadze, em Washington, se condensa a informação sobre as perspectivas de concretização de um passo histórico. Pela primeira vez, nesta nossa complexa era nuclear, se procede à destruição de duas classes de armamentos.

Pela primeira vez se avança em termos concretos de desarmamento. Um primeiro êxito numa grande batalha em que sobram obstáculos. Mas que surge como um símbolo das possibilidades reais, hoje existentes, de progredir pela única via possível — a via do desarmamento e da paz.

O que foi acordado

Na conferência de imprensa realizada na embaixada soviética em Washington, no fim das conversações, o camarada Eduard Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS — referindo-se às perspectivas finalmente abertas de celebração de um tratado sobre a destruição dos mísseis de médio-alcance e tático-operacionais — especificou o que foi acordado. Concretamente.

● As partes acordaram com firmeza e determinação assinar um acordo sobre a liquidação simultânea de duas classes de armamentos nucleares, tendo determinado a ordem e o prazo dos passos a dar seguidamente rumo à concretização do acordo.

● Ambas as partes reafirma-

ram que em prazos a estabelecer pelo futuro tratado serão destruídas todas as ogivas para os mísseis de alcance entre 500 e 5500 quilómetros.

● As ogivas norte-americanas para os mísseis oeste-alemães «Pershing-1A» terão idêntico destino às demais ogivas nucleares para os mísseis de médio-alcance e tático-operacionais.

Este, em traços gerais, o conteúdo de um acordo específico a ser assinado na Cimeira deste Outono.

De par da decisão de liquidar duas categorias de armas nucleares — e porque se trata de um processo a continuar, de um passo histórico que deverá contribuir para a dinamização de todas as conversações em curso — avançou-se em diferentes direcções.

● Desenvolver esforços semelhantes para alcançar «um acordo de redução de 50 por cento das armas estratégicas no quadro das conversações espaciais e nucleares de Genebra».

● Iniciar até 1 de Dezembro negociações bilaterais por etapas, no âmbito de uma só conferência, sobre a redução e cessação de ensaios nucleares.

● Incrementar os esforços conjuntos em várias áreas de cooperação entre os dois países.

Os obstáculos e as perspectivas

«Ao estudar especialmente a ligação recíproca entre a es-

obtido em Washington, pode justamente ser considerado uma primeira pedrada no charco da apodrecida lógica militarista, lógica dramaticamente desfazada das realidades actuais.

Uma primeira pedrada, na abertura do único caminho

DAM. Dias depois de o Senado dos EUA ter aprovado uma proposta proibindo despesas para testes nucleares que violem o tratado DAM.

De pé ainda — entre múltiplas outras questões — o empenho dos governos de Paris e Londres em aumen-



CPPC

«Um acontecimento histórico»

«Uma primeira medida efectiva de desarmamento» — é com estas palavras que o Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) qualifica o acordo de princípio alcançado nas conversações de Washington.

No comentário divulgado, o CPPC sublinha que, «a concretizar-se esta reivindicação de há muito dos movimentos da paz de todo o mundo, ela não poderá deixar de ser considerada como uma importante vitória da sua acção persistente ao longo dos anos».

O CPPC chama entretanto a atenção para que «subsistirão em todo o mundo enormes quantidades de armas de destruição massiva».

Pelo que, «nesta hora, cabe aos movimentos de paz um papel de importância redobrada».

O ponto mais importante — o nosso próprio contributo.

«As grandes jornadas de acção programadas, em diversas capitais, na semana de desarmamento das Nações Unidas (24-30 de Outubro), que em Portugal será assinalada com dezenas de realizações em diferentes pontos do país culminando numa grande assembleia em Lisboa — a 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro — contribuirão certamente para estes grandes objectivos».

tabilidade estratégica e as dimensões dos arsenais nucleares, cientistas soviéticos e norte-americanos chegaram à conclusão unânime de que **seria possível liquidar 95% de todos os armamentos nucleares dos EUA e da URSS, sem violar a estabilidade estratégica**», diz-nos Gorbachov no importante artigo, recentemente publicado na imprensa soviética, «Realidade e garantias para um mundo seguro» (a que oportunamente voltaremos, com algum detalhe). Um dado inequívoco a que poderemos somar ainda outro.

«Menos de um por cento dos arsenais estratégicos do mundo poderiam produzir o inverno nuclear, que o mesmo é dizer o fim definitivo da vida e da civilização na Terra no quadro único e interligado que hoje conhecemos. Uma afirmação igualmente bem clara, do conhecido cientista norte-americano, Carl Sagan.

Tal o absurdo da situação a que se chegou! O acordo de princípio agora

viável. Mas a que muitos outros passos se terão que seguir.

Não apenas porque todas as armas são demais. E o potencial actual é tremendo.

Também porque permanece a mentalidade e a prática política da política da força. E com ela múltiplos obstáculos — que entretanto se prova ser possível afastar.

De pé, antes do mais, ainda a aposta dos Estados Unidos na conquista da superioridade através de novos meios tecnológicos — a «guerra das estrelas».

Significativas são as — invariáveis — declarações de Reagan, na Assembleia Geral da ONU, defendendo uma vez mais o programa da «guerra das estrelas», como «parte crucial dos nossos esforços para assegurar um mundo mais seguro e um equilíbrio estratégico mais estável!»

Mas não menos significativa é a decisão da comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado dos Estados Unidos, rejeitando qualquer tentativa de reinterpretação do tratado

tar, nomeadamente no plano qualitativo, os seus arsenais nucleares.

O acordo a assinar já neste Outono é um elemento concreto de confiança e estímulo para a luta pelo desarmamento.

E não só. A União Soviética propõe avançar, não apenas na via do desarmamento. Mas ir mais longe — pela criação de um sistema universal de paz e segurança, apresentado por Gorbachov, há dias, na imprensa soviética, de forma particularmente exaustiva e concreta.

Sintetizando a «ideia de criar um sistema universal de segurança», o secretário-geral do PCUS diz-nos, no referido artigo, «Realidade e garantias para um mundo seguro» — «é um projecto inicial de uma nova organização possível de vida na nossa casa planetária. Por outras palavras, é um salvo-conduto para o futuro onde a segurança de todos garante a segurança de cada um».

A única opção possível na nossa era.

«Os engenheiros, considerando que os Estatutos da sua Ordem não são de molde a defender capazmente os seus interesses, resolveram em Assembleia Geral alterá-los. Entretanto, o Ministro das Corporações não consente na proposta de alteração dos Estatutos dizendo descaradamente que só o governo tem capacidade para o fazer. Esta atitude mostra bem que os engenheiros portugueses, tal como todos os profissionais sindicalizados nos seus organismos de classe, não são donos dos destinos da sua Ordem, o que mais uma vez prova que não existe no nosso país liberdade sindical.

«Arbitrariedades e violências contra as classes médias» — «Avante!», VI Série, n.º 204., Setembro de 1953).

AVANTE! PALESTANOS DE TODOS OS PAÍSES UNICOM

«A orientação imposta pelo governo de Salazar ao nosso comércio com o estrangeiro é ruínoza para o País e provoca a estagnação e ruína da economia portuguesa. Para exemplificar esta política ruínoza basta citar o exemplo do recente tratado comercial firmado com os revanchistas alemães de Bonn, com os quais, no curto espaço de 3 anos, tivemos um «déficit» da balança comercial que **totaliza 2 690 000 contos**. São, em média, perto de um milhão de contos por ano para auxiliar economicamente o governo de Adenauer a fazer a sua política de preparação para a guerra! Para servir os interesses do grande capital monopolista nacional e estrangeiro, para dar satisfação às pressões e interesses do governo americano e da reacção nacional e estrangeira, o governo de Salazar limita o comércio externo a um reduzido grupo de grandes exportadores, a um limitado número de produtos e a um insignificante número de países.

(...)
 O governo e a organização corporativa colocaram nas mãos dum punhado de grandes comerciantes nacionais e estrangeiros os principais valores da nossa exportação, pois que exigem dos exportadores tantos requisitos que vedam aos médios e pequenos industriais e comerciantes a exportação. O que se passa com a exportação dos vinhos, da cortiça, do café, etc., é bem elucidativo a este respeito. Só os grandes capitalistas, só a alta finança podem satisfazer as exigências dos grémios e organismos oficiais que superintendem nas exportações desses e doutros produtos. O que se passa com a obtenção de licenças de exportação e de importação no Ministério da Economia, junto do Banco de Portugal, etc., representa não somente uma violência e ilegalidade, como significa, acima de tudo, uma política de favoritismos, de negociatas escandalosas.»

«Pela liberdade de comércio com todos os países!» — «Avante!», VI Série, n.º 221, 2.ª quinzena de Setembro de 1956)

AVANTE! PALESTANOS DE TODOS OS PAÍSES UNICOM

«Ao som das «fanfarras» tocadas pelos seus apaniguados do Ministério, foi o ministro da Economia, Prof. Teixeira Pinto, à Corporação da Lavoura, em fins de Junho, proferir um improvisado (!), no qual, como «remendo» para a crise da lavoura, prometeu um subsídio de 220 mil a 300 mil contos para os anos de 1964/65.

Em má hora o senhor ministro deu tal passo! De todos os pontos do País se levantaram os mais indignados protestos dos camponeses, pequenos e grandes, formulados em amplas reuniões para o efeito convocadas. Não é de remendos que a agricultura precisa! — grita-se em todas essas reuniões —, mas sim de medidas sérias que resolvam de uma vez uma grave situação que já dura há demasiado tempo!

«A grave crise da lavoura — o governo é o único responsável!» — «Avante!», VI Série, n.º 346, Setembro de 1964)

Querem «mercadejar» os Mercados de Lisboa!



Lisboa tem 30 mercados municipais, popularmente conhecidos por «praças», que melhor ou pior lá vão abastecendo diariamente o alfacinha de legume fresco, peixe a saltar na canastra, carne ainda quente do abate — figuração com o seu quê de exagero romântico, mas nem por isso inexacta quanto ao que interessa definir: a função dos mercados como fornecedores por excelência de produtos alimentares frescos.

Muito para encontrar o fio à meada: na Câmara Municipal de Lisboa os vereadores comunistas denunciaram-nos a manobra em curso, protagonizada pelo vereador do PS **Pombo Cardoso**, responsável pelo pelouro dos abastecimentos, manobra que visa

exactamente a privatização dos mercados municipais a favor do grande patronato do sector; nos mercados constatámos o firme repúdio da generalidade dos comerciantes, que já estão a organizar diversas formas de protesto contra tais projectos.

Mercado Alvalade-Norte, em Lisboa

Pois os mercados de Lisboa andam em polvorosa, porque de há uns tempos para cá os seus comerciantes e vendedores têm sido abordados por um tal Manuel Benites, presidente da organização patronal baptizada de «Associação dos Comerciantes dos Mercados de Lisboa» e filiada na «União das Associações de Comerciantes de Lisboa», cujo pretende convencer os laboriosos abastecedores da capital de que um dia destes ele e a sua Associação é que vão ficar a mandar nos mercados municipais, pelo que podem ir arrumando as bancas ou «convertendo-se à modernidade». Da CEE, pois claro, que o bicho dá pele para todos os casacos. Como não é razoável admitir que o tal Benites e seus pares patronais ficaram de tal modo desviados com as promessas do Cavaco acerca das privatizações que desataram a correr pelos mercados a gritar «É meu, é meu!», resta concluir que aqui há gato — e não propriamente à cata de sardinha...

Postas as coisas neste preparo, não foi necessário «catarmos»

«Estamos todos em desacordo!»



■ Henrique Custódio

Mercados

O mercado do bairro Santos, em construção há seis anos, ainda não está pronto, apesar do aviso que promete que «tentaremos ser breves». Entretanto para «melhorar o abastecimento» o que ocorre a quem manda na Câmara é privatizar os mercados que funcionam bem...



Segundo nos informou o vereador do PCP na CML, camarada **Victor Alves**, a trama deste nada inocente entremez deu os primeiros sinais em Dezembro do ano passado, quando da aprovação do Plano de Actividades para 1987 (por sinal o primeiro a ser aprovado no tempo regulamentar). Aí, na rubrica «Abastecimentos», era preconizada uma acção pomposamente apelidada de «**Gestão Piloto dos Mercados**», cuja se espalhava por quatro grandes objectivos: 1 - Construção de novos mercados, acabamento dos de Alcântara e do bairro de Santos (o 1.º em construção há oito anos e o 2.º há seis!); 2 - Reparação e beneficiação em vários outros; 3 - Introdução de novos métodos de gestão; 4 - Formação e reciclagem de comerciantes e trabalhadores que prestam serviço nos mercados.

Barricados atrás destes misteriosos «novos métodos» e outras «reciclagens», os autores da «ideia» promoveram vários estudos de recolha de informação junto dos utilizadores (os comerciantes e vendedores das bancas) sobre os horários mais convenientes, modificações a introduzir no tipo de loja, etc., sem que informassem a Câmara de nada. Mas as «novidades» não iam tardar, como nos relatou o vereador comunista:

«No dia 15 de Maio deste ano fomos surpreendidos pela publicação de um despacho do vereador **Pombo Cardoso** (que, como dissemos, tem a responsabilidade sobre a área dos abastecimentos) saído no Diário Municipal, que nomeava uma comissão para proceder ao estudo da implementação de «possíveis novos métodos de gestão» dos mercados. Essa comissão era constituída por técnicos da Direcção do Serviço de Abastecimento da Câmara, comerciantes (utentes dos mercados) e trabalhadores da Câmara ligados a este serviço. Isto segundo o despacho.»

Só que as coisas não se passaram assim. Ora veja-se:

«Mais tarde verificámos que esta comissão (cujo trabalho ninguém conhece) era, realmente, só composta por elementos da União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa (associação patronal onde predominam os proprietários dos talhos, pouco representativa — apenas 18% — entre os pequenos comerciantes dos mercados de Lisboa). Até hoje, a Câmara desconhece quaisquer resultados dos estudos para que esta comissão foi nomeada.»



Problemas locais e o da privatização dos mercados amalgamaram-se, mas deixando bem claro que o que neste momento interessa é manter os mercados sob tutela municipal

Um vereador «peremptório»

Entretanto começam a surgir rumores. Os comerciantes dos mercados queixam-se de que um tal Manuel Benites, presidente dum associação patronal de comerciantes, andava pelos mercados a garantir que estes iam ser privatizados entregues à «sua» Associação e «modernizados». Avolumam-se as apreensões entre os trabalhadores camarários ligados a este sector e os vereadores comunistas interpelam o executivo municipal:

«Perante isto interrogámos a Câmara pela primeira vez, em 7 de Julho, solicitando concretamente ao vereador **Pombo Cardoso** que se pronunciasse acerca dos rumores que corriam de que os mercados iam sofrer grandes alterações. A resposta veio peremptória: «não senhor, não estavam tomadas quaisquer decisões, apenas prosseguiam os estudos». Só que as queixas dos comerciantes continuaram, dando conta da repetição das «visitas» dos representantes da associação pa-

tronal dos comerciantes aos mercados, falando abertamente da privatização e da «reestruturação» de alguns mercados em espaços do género dos centros comerciais. Voltámos a interpelar o vereador **Pombo Cardoso** na reunião de Câmara de 7 de Setembro último e de novo ele garantiu que «não havia nada de concreto». Qual não foi o nosso espanto quando, exactamente no dia seguinte, na edição de 8 de Setembro, o «Correio da Manhã» traz a «revelação feita pelo vereador **Pombo Cardoso**», de que «vão ser publicados no próximo mês os estatutos de uma empresa mista de gestão, cuja criação, prevista para Dezembro, irá permitir a privatização dos 30 mercados municipais de Lisboa!»

Sublinhe-se, entretanto, que este tipo de decisões (quer a modificação da gestão dos mercados, quer da criação de uma empresa mista de que faça parte a CML) carece da aprovação do plenário da Câmara e posterior ratificação da Assembleia Municipal. Mas voltemos à história, dando de novo a palavra a **Victor Alves**:

Exm^a. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Mercado de Alvalade Norte

Estiveram recentemente neste Mercado, dois dirigentes da Associação de Comerciantes nos Mercados de Lisboa, que nos informaram que aquela Associação vai passar a gerir com receitas e despesas, alguns Mercados, à sua escolha, inclusiv^e o de Alvalade Norte.

Os Utilizantes que aqui vendem, porque não querem depender daquela Associação, vêm juntos de V.Ex^a., manifestar muito claramente o desejo de continuar a serem administrados pelo Câmara Municipal de Lisboa.

OS ABAIXO ASSINADOS

NOMES	LUGARES
Victor Manuel Alves	17-18- Jangas
João Helena de Almeida	31 set VIII
Elvira Maria das Antas	22 set VIII
Maria Oliveira	23 set VIII
Luísa Francisca Talhada Lopes	44 Roseiras
João Lagoa	TALHO 805
Maria Velosa	() ()
João de Jesus da Cruz	set 2 lu 16
Henriqueta Luísa Costa Jesus	set 2 lu 16
Idalva de Sousa	Loja 40
Maria Amélia	Loja 22 Br 2
Joana Maria Vinte Anjo	22 21
Dulce Maria dos Santos	14.20 set II

«O que eles querem

Dos 30 mercados municipais de Lisboa, há seis particularmente bem cotados: Alvalade-Norte, Arroios, Alcântara, Campo de Ourique, 24 de Julho e Ribeira. E cotados por razões objectivas: têm boas instalações e estão bem situados de um ponto de vista comercial. Curiosamente são estes seis que despertam os ímpetos privatizadores do vereador da tutela e das associações patronais do comércio de Lisboa, a tal ponto que o primeiro já anunciou, à revelia de toda a gente e da própria legalidade municipal, que os referidos mercados começarão a funcionar, privatizadinhos em folha, já em Dezembro próximo. Quanto aos restantes — a maioria padecendo de velhas mazelas, nomeadamente a que impõe vultosos investimentos para se concretizar um funcionamento, digamos,

«decente» — não excitam estes denodados paladinos da «melhoria do abastecimento público» da capital...

Quem está a achar pouca graça a tais desvelos é a generalidade de quem, nesses afadigados locais de trabalho, se esmifra para ganhar a vida, num quotidiano de labuta que geralmente começa às três e quatro horas da madrugada e se prolonga pelo dia fora. Referimo-nos aos comerciantes e vendedores que têm banca aberta nesses locais e que, num ímpeto que nos pareceu irreprimível, estão a procurar e a concretizar formas de luta que barrem a anunciada privatização dos mercados. Chovem os abaixo-assinados na Câmara, acotovelam-se os pedidos de audiência, esboçam-se manifestações de protesto. Em Alvalade-Norte, onde 147 protestos e mais 38 abstenções exigiram, em abaixo-assinado ao presidente da Câmara, «continuar a serem administrados pela Câmara Municipal de Lisboa» (à semelhança, de resto, do que se fez nos restantes cinco mercados em causa), fomos encontrar a expressão viva das apre-

ensões e descontentamento que grassam no sector. Em diálogo animado, aqui e ali ondulando sarcasmos pitorescos, entrámos à conversa com vários subscritores desse documento.

«O director dos Abastecimentos, dr. Rómulo Figueiredo, veio aqui dizer que temos de acompanhar a CEE, que os vendedores não podiam «estar contra o progresso». Quem julga ele que ilude? Quando foi fundada a CEE estava eu na Holanda — de que tenho, aliás, a nacionalidade, paralelamente com a portuguesa — e nem lá, nem em França, nem na Bélgica, nem na generalidade dos países da Comunidade (e eu conheço bastantes, pois já por lá vivi e passei), nunca se procurou alterar as características dos mercados. Um mercado de verdes é um mercado de verdes e não um supermercado ou uma loja de utilidades aberta a toda a hora!»

Assim se exprimiu — desenvolta e informada — Maria Helena Madeira, que «até nem depende desesperadamente da banca de peixe» que ali tem com uma sócia, porque o marido trabalha noutra actividade, «mas a maioria vive só disto, há casais que têm aqui o

Um dos vários abaixo-assinados que estão a chegar à CML com os protestos maciços dos vendedores dos mercados. Este foi-nos entregue pelos próprios, em Alvalade-Norte

■ Daniel de Matos (*)

A viragem necessária nas relações Portugal-Angola

Ao cabo de uma dúzia de anos de independência um Chefe de Estado angolano visita pela primeira vez Portugal. Os sucessivos adiamentos desta visita são testemunho dos entraves que ao longo do tempo impediram um melhor relacionamento entre os dois países e cuja responsabilidade advém exclusivamente do lado português.

Se, por um lado, a histórica visita do Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola fecha um ciclo importante nas relações de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, por outro, a presença de José Eduardo dos Santos entre nós não deve ser tida apenas como ponto alto, mas antes como marco definitivo de viragem no relacionamento entre dois estados soberanos. Uma tal viragem — há tanto tempo reclamada pela opinião pública democrática portuguesa — é condição indispensável para que os interesses nacionais sejam de facto salvaguardados e para que o diálogo luso-angolano se processe de acordo com os princípios internacionalmente aceites: respeito mútuo pelas soberanias, igualdade de direitos, reciprocidade de vantagens e não ingerência nos assuntos internos de cada país.

A cooperação de Portugal com as novas nações africanas não se compadecerá com o albergue aos inimigos declarados dos povos de África, principalmente aos que actuam

criminosamente, através do terrorismo mais sangrento. Lisboa não deve servir para sede da conspiração nem de microfona para constantes operações de propaganda. Não basta apregoar-se o fim dos «santuários», é urgente demolí-los.

Uma quinzena cultural que há muito se esperava

A República Popular de Angola quis saudar o povo português em vésperas da visita do seu Presidente. Fê-lo da melhor forma, através da cultura, enviando uma delegação composta por 74 elementos, representativos das mais diversas formas de expressão cultural. Lisboa, Porto e Faro puderam apreciar exposições de arte angolana, das artes plásticas ao artesanato, abrangendo peças de inegável valor, quer de pintura quer de escultura.

Três escritores angolanos de diferentes gerações vieram trocar ideias com os seus pares portugueses e submeter-se à curiosidade do público leitor, que por falta de uma política de intercâmbio cultural apenas parcialmente conhece as suas obras.

No domínio da música foi possível assistir a exposições de alguns dos grupos e cantores de maior prestígio em Angola, desde a música popular e tradicional à urbana, desde instrumentos como a marimba aos eléctricos, todos acompanhados por demonstrações de dança a cargo de um excelente grupo experimental e de bailarinas populares.

A fotografia, mostrando aspectos diversos da reconstrução nacional angolana, e o cinema, estiveram também em foco. Em suma, um significativo número de portugueses teve acesso a múltiplas demonstrações da riqueza da cultura angolana durante cerca de quinze dias. Muitos terão tomado contacto pela primeira vez com a realidade daquele jovem país, o que decerto contribuiu para um melhor conhecimento dos seus costumes e, fundamentalmente, para o desmontar de boatos e para o reforço da solidariedade.

Todos os anos têm estado delegações congéneres em Portugal, mas foi esta a mais numerosa e representativa. Realce-se contudo, que a iniciativa dessas realizações partiu sempre de entidades particulares interessadas no fomento da amizade entre os dois povos, com natural destaque para a Associação de Amizade Portugal — R.P. Angola. Nenhum governo português deu passos com um tal objectivo ou fez prova de intenções nesse domínio. A cooperação inter-governamental nunca existiu em matéria de cultura e todas as iniciativas tiveram apoio unilateral angolano, quer do MPLA-Partido do Trabalho quer de entidades do governo da RPA.

Também a cultura portuguesa não tem sido divulgada em Angola por essa via. As excepções conhecidas resultam igualmente de iniciativas privadas, com destaque para a organização de portugueses aí residente e cooperantes — a Associação 25 de Abril — e para a Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos.

Ao saudarmos a presença do Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da RPA entre nós, restamos esperar que ela resulte num equilíbrio de franqueza no diálogo e numa efectiva viragem no relacionamento entre Portugal e Angola. Por tais objectivos continuaremos a lutar, com a mesma dinâmica com que o fizemos ao longo destes doze anos ■

(*) Presidente da Associação de Amizade Portugal-R.P. Angola)



«Deste modo, na reunião do passado dia 14 perguntámos ao vereador Pombo Cardoso se assumia o conteúdo da notícia.

Esquivou-se a responder, enquanto os restantes vereadores — mesmo do PS, PSD e CDS — se mostraram surpreendidos e alheios ao assunto...»

Respeitar todos

E Victor Alves prosseguiu, enquadrando melhor o problema:

«Nós, entretanto, insurgimo-nos contra tal privatização ainda por outras razões: é que a alteração do tipo de gestão dos mercados só se pode e deve fazer tendo em consideração a opinião dos trabalhadores e comerciantes, por um lado, e das suas estruturas representativas por outro, nomeadamente as associações dos pequenos e médios comerciantes e estruturas sindicais. Pelo que sabemos e pelos contactos que temos, quer com trabalhadores quer com comer-

ciantes, há uma forte oposição da totalidade dos trabalhadores e da quase generalidade dos comerciantes em causa.»

E a terminar, o nosso interlocutor acrescentou:

«Esta nossa posição de fundo acerca deste processo inquinado não significa que não reconheçamos que os horários e o tipo de funcionamento dos mercados de Lisboa podem ser inadequados aos interesses da população. Só que, se assim é, a única entidade responsável pelo facto é a própria Câmara Municipal de Lisboa, que deixou degradar os mercados. Além do mais, se a Câmara entrar numa concessão destas, estará a passar um atestado de incompetência a si própria, declarando-se incapaz de pôr os mercados a funcionar convenientemente.

«Além do mais pensamos que este serviço devia ser sempre da Câmara, que tem técnicos, meios e capacidades para proceder às alterações dos mercados que correspondam aos interesses de todos: consumidores utentes e trabalhadores.» ■

sabe a gente!»

seu único meio de subsistência. E nós já sabemos no que vai dar a «privatização»: na expulsão, pura e simples, de grande parte de quem aqui trabalha».

«Veio cá o Manuel Benites, da associação dos patrões, dizer de caras que parte — se não todo — do mercado tinha de ser adaptado a uma espécie de centro comercial. Como é que pode ser?» — interrogava Elvira Melo. Ao lado ouviu-se logo, entre risadas:

«Mas como é que o Manuel Benites quer gerir bem os mercados de Lisboa, se deixou ir à falência a cadela de talhos de que é dono?»

Raimundo Marques, que não queria perder a oportunidade de «responder às barbaridades que vieram no «Correio da Manhã», exigia entretanto sossego à chalaça para alinhar as suas queixas: «eles andam com isto a dizer que arranjam postos de trabalho, mas a verdade é que só os destroem; o que eles querem sabe a gente — vejá-los lá se eles querem pegar no 31 de Janeiro, no Saldanha, que está em ruínas, ou noutro qualquer assim! Não: querem estes que têm condições e freguesia!».

«Parece que já venderam

este!», cortou, apreensiva uma vendedora de legumes. Raimundo Marques reagiu de imediato:

«Qual foi! O que eles querem é dar a ferroada, pôr a gente a fraquejar, com medo, descrentes!». Todos concordaram. Maria da Fé, impondo-se ao bulfício, quis certificar-se, à beira do caderno de notas do jornalista, que ficava registado que, «estamos todos em desacordo com a entrega dos mercados aos privados, enquanto Zalnul Abedin, percursor, há já sete anos, da primeira banca de congelados da praça, pormenorizava a injustiça da quase doação de um espaço (até ali reservado à amanhã do peixe) para uma loja do ramo dependente de uma empresa, quando a ele sempre lhe foi recusado esse mesmo espaço para a instalação de uma câmara frigorífica. As queixas cresceram e alastraram, amalgamando questões locais com o problema central da privatização. Mas esse é que nunca foi esquecido. A tal ponto que, para o caso do jornalista não estar ainda convencido, fizeram questão em fornecer a fotocópia do seu abaixo-assinado dirigido ao presidente da Câmara, onde 147 dos 186 vendedores dizem, com clareza, que querem continuar «inquietos» da Câmara. ■



A jovem República Popular de Angola está empenhada num vigoroso esforço de reconstrução, onde Portugal pode e deve participar com vantagens mútuas para os dois países; Angola continua a mostrar-se aberta a essa cooperação. E Portugal!?

■ Carlos Almeida

CPPPC MENSAGEIRO DA PAZ

Não passado dia 15 do corrente o Conselho Português para a Paz e Cooperação foi distinguido pelo secretário-geral da ONU com o certificado-diploma de «Mensageiro da Paz». Recentemente, a Comissão Portuguesa para o Ano Internacional da Paz foi também distinguida pela ONU com a Medalha 1986 — Ano Internacional da Paz pela «eficiente contribuição prestada em Portugal pela comissão aos objectivos do AIP».

A atribuição destas distinções, de natureza diversa, a estruturas do movimento da Paz em Portugal vem chamar uma vez mais à ordem do dia, a importância vital da luta pela Paz, em Portugal como em todo o mundo. Situação que no actual contexto, marcado por largas perspectivas no caminho do desarmamento abertas pelo acordo de princípio entre a URSS e os EUA sobre os mísseis de curto e médio alcance, ganha maior acuidade.

Foi sobre este vasto leque de questões — não esquecendo aqui as perspectivas de desenvolvimento do movimento da Paz em Portugal tendo no horizonte a realização próxima de uma grande Assembleia da Paz — que dialogámos com Silas Cerqueira, dirigente do CPPC.

«A!» — Que importância e significado atribuir a esta distinção agora atribuída pelo secretário-geral da ONU ao CPPC no quadro da luta pela Paz em Portugal?

R — Trata-se, na sua definição rigorosa, de um certificado-diploma atribuído pelo secretário-geral da ONU a cerca de 300 ONG's (Organizações Não-Governamentais) em todo o mundo pela sua contribuição para os objectivos das Nações Unidas com a actividade desenvolvida durante o Ano Internacional da Paz. Não é, por isso, atribuído por outras anteriores actividades ainda que reflita toda a actividade passada, não só do CPPC mas de todo o movimento da Paz de que somos herdeiros e continuadores.

Importa realçar que somos a única ONG em Portugal — e pessoalmente não gostamos desta terminologia burocrática que viu reconhecido, com tal diploma, o seu trabalho em prol da Paz.

A nossa actividade é exclusivamente ligada à causa da Paz, ao desarmamento e desanuviamento, à solidariedade internacional e anti-imperialista. A atribuição do certifi-

cado-diploma é, através de nós, para todo o movimento da Paz em Portugal. O mais importante para nós não é o «clube», mas sim o movimento democrático de opinião e acção pela Paz. Não pretendemos hegemonizar nem monopolizar esse movimento no qual intervêm também os partidos progressistas e as lutas do movimento operário em geral e outras correntes de opinião.

Contribuímos com a nossa acção, isso sim, para dinamizar o movimento unitário pela Paz, de convergência larga de democratas oriundos de diferentes correntes de opinião.

Movimento de Paz em Portugal

«A!» — Ainda que não se reporte a actividades anteriormente desenvolvidas, a verdade é que a atribuição deste certificado faz inevitavelmente pensar no caminho até aqui percorrido pelo movimento da Paz em Portugal.



Cerimónia de entrega à delegação do CPPC chefiada pelo marechal Costa Gomes, do certificado-diploma de «Mensageiro da Paz» onde pode ver-se Silas Cerqueira, entrevistado nesta edição do «Avante!».

Entrevista com Silas Cerqueira

R — O movimento da Paz em Portugal vem de há uns quarenta anos. E mesmo sob a ditadura fascista, o movimento da Paz, com os riscos e perigos conhecidos, esforçava-se por agir tanto quanto possível à luz do dia, procurando atingir camadas da população cada vez mais amplas de forma aberta.

Há dias, remexendo em alguma documentação antiga, encontrei a contestação apresentada ao Tribunal Plenário do Porto em 1955, quando do julgamento de 52 jovens e democratas, entre os quais activistas da então Comissão Nacional da Paz. E o que então se afirmava sobre a concepção, orientação, sobre os princípios do movimento da Paz, mantêm-se hoje plenamente.

Isto não quer dizer, naturalmente, que o mundo e a luta pela Paz não tenha mudado consideravelmente, inclusive com a Revolução portuguesa. Contudo, a definição do movimento da Paz como movimento de opinião democrática extremamente

um acordo de princípio entre a URSS e os EUA sobre os mísseis de curto e médio alcance, de imediato saudado em todo o mundo como um grande acontecimento e uma grande vitória das forças da Paz. Como entender a assinatura agora deste acordo? Que comentários lhe suscita?

R — É necessário recuar um pouco atrás para perceber a actual situação. Depois da assinatura da Acta de Helsínquia, em 1975, os EUA inflectiram a sua orientação. As estratégias da «resposta flexível» ou da «guerra nuclear limitada» e outras têm sido doutrinas que se sucederam, todas com o mesmo objectivo, a saber: tentar tornar de novo politicamente utilizável a arma nuclear o que significa, em último recurso, admitir a sua preparação e utilização militar efectiva. O período que medeia entre o «Watergate» e o «Irangate» traduz, precisamente, a incapacidade dos círculos mais agressivos do complexo militar-industrial ocidental, e norte-americano em particular, de «abarcар o mundo», de satisfazer as suas ambições hegemónicas e de resolver os seus próprios problemas pela força.

Estamos num ponto em que, de alguma forma, regressámos ao princípio e nos princípios, ainda que num patamar superior, aos tempos do apelo de Estocolmo, à luta contra o perigo da bomba atómica. Nessa altura existia uma desigualdade, no plano estratégico e militar, entre os dois campos. E quando se atinge um equilíbrio relativo, a partir dos anos 60 que começa a haver acordos de limitação e controlo de armas nucleares estratégicas (os SALT).

Por outro lado, assiste-se a uma reviravolta na plataforma de desarmamento nuclear apresentada pela URSS. O conteúdo esteve sempre lá, a política de desanuviamento e desarmamento, a procura incessante dos caminhos para a Paz. A URSS multiplicou ao longo dos anos dezenas, centenas de propostas. Mas há mudanças sensíveis no plano táctico, assim como uma muito maior abertura ao sentir e reivindicações de diferentes camadas da opinião pública pacifista, tanto nos países capitalistas como socialistas.

Assiste-se agora a um muito melhor aproveitamento, a uma maximização das potencialidades da política de Paz da União Soviética. Os movimentos da Paz transformaram-se. Ganham muita força em todo o mundo, com condições de trabalho das organizações onde militam a estas questões e tarefas e, sobretudo, que contribuição pode dar cada militante progressista através da sua actividade organizada para o desenvolvimento do movimento pela Paz como movimento unitário, de opinião e de massas no nosso país. É uma questão que não tem sido suficientemente analisada e debatida e que urge sê-lo.

Assiste-se agora a um muito melhor aproveitamento, a uma maximização das potencialidades da política de Paz da União Soviética. Os movimentos da Paz transformaram-se. Ganham muita força em todo o mundo, com condições de trabalho das organizações onde militam a estas questões e tarefas e, sobretudo, que contribuição pode dar cada militante progressista através da sua actividade organizada para o desenvolvimento do movimento pela Paz como movimento unitário, de opinião e de massas no nosso país. É uma questão que não tem sido suficientemente analisada e debatida e que urge sê-lo.

Vamos ter, de início, a Assembleia de e para o movimento da Paz, que será um momento de debate político muito aberto, em que participarão dezenas de organizações democráticas não partidárias, cívicas, sindicais, religiosas e outras, que tem a sua sessão inaugural marcada para dia 30, data da abertura da Semana Mundial do Desarmamento.

Esta reunião encerra no dia 1, ao

Muitas vezes as negociações têm-se bloqueado por falta de vontade política da administração Reagan. Podia ter-se chegado a acordo em 1980/83 mas não houve vontade política da NATO. Estamos hoje numa situação inteiramente nova.

Este acordo agora assinado é o primeiro acordo de desarmamento, o que implica o desmantelamento e a destruição de stocks para que não possam voltar a ser reconstruídos. Durante muitos anos, países como os EUA e a Grã-Bretanha fizeram da questão da verificação e controlo o cavalo de batalha, quando, na ausência de facto de qualquer acordo esse problema não se punha. Agora há acordos e quem se mostra disponível para a verificação internacional é a URSS e quem põe restrições ao controlo são os EUA.

Entretanto é necessário lembrar que este acordo abrange apenas 2000 ogivas num total de 50 000 hoje existentes sobre a Terra. Este acordo tem uma grande importância porque pode abrir caminho a uma política de desarmamento real. Mas há forças contrárias — como mostram as últimas declarações de Reagan — que procuraram aproveitar para levar a opinião pública a aceitar a chamada «Iniciativa de Defesa Estratégica», a militarização do espaço cósmico. Os mísseis estratégicos não podem ser desligados do projecto da «guerra das estrelas». Pode até perguntar-se qual a necessidade do pretenso «escudo protector» se os acordos levarem ao desmantelamento total dos arsenais nucleares existentes.

É isto é particularmente importante, numa altura em que se assiste a um reacender orquestrado nos principais focos de tensão no mundo. O complexo militar-industrial procura semear a desestabilização para justificar uma nova corrida aos armamentos e o avanço do projecto de guerra das estrelas já anunciado, aliás, por Ronald Reagan.

Não é uma questão de dólares

«A!» — Regressemos a Portugal. Avizinha-se no horizonte, a realização da Assembleia da Paz em Lisboa. Quais os objectivos e o estado de preparação desta importante iniciativa do movimento da Paz em Portugal?

R — No próprio processo e na realização da Assembleia, queremos que ela seja ocasião para ampliar o debate e a troca de opiniões, no plano nacional, sobre estas questões. Queremos também ampliar o movimento, dar um contributo para reforçar o movimento pela Paz no seu conjunto e o CPPC ao serviço deste. Existem debilidades de organização e funcionamento que é preciso ultrapassar. Alargamento, reforço, superação de debilidades e a realização de acções de luta pela Paz que não podem esperar, são as grandes linhas. A forma como estão organizados os trabalhos espelha isto mesmo.

Vamos ter, de início, a Assembleia de e para o movimento da Paz, que será um momento de debate político muito aberto, em que participarão dezenas de organizações democráticas não partidárias, cívicas, sindicais, religiosas e outras, que tem a sua sessão inaugural marcada para dia 30, data da abertura da Semana Mundial do Desarmamento.

Esta reunião encerra no dia 1, ao

princípio da manhã, e logo a seguir tem início a IX Assembleia da Paz do CPPC, também naturalmente aberta, esta virada para a nossa organização e o seu reforço ao serviço do movimento.

Pretendemos que esta Assembleia seja de viragem do CPPC, no caminho da implantação nacional do movimento. Esforçamo-nos por contribuir para tornar regular a actividade de dezenas de comissões de paz em todo o País, como estruturas de opinião pública, e para a coordenação dessa rede nacional, de modo a permitir a cada comissão ou núcleo de Paz reforçar a actividade.

Falamos em viragem: viragem no sentido de um movimento de opinião democrática pela Paz, sempre cada vez mais largo, mais conflituente e influente, mais activo no concreto, cada vez mais virado, além dos objectivos mundiais do movimento da Paz em geral, para os objectivos nacionais que têm que ver com uma política externa que defenda a soberania e segurança de Portugal e dos portugueses.

«A!» — Precisamente para terminar a nossa já longa conversa, pedia-lhe um comentário às últimas evoluções no respeitante à situação de Portugal nestas questões da paz e da guerra, em concreto, a questão das Lajes, da estação de rastreio em Almodôvar ou da tão falada transferência dos F16 americanos das bases espanholas para território nacional.

R — Falava há pouco do agravamento dos focos de tensão no mundo. Podemos dizer que Portugal está, ou já esteve, ou procura-se que esteja, em todos. É o fornecimento de armas para a guerra tridimensional do Golfo, o fornecimento de ajudas aos «contras» da Nicarágua, a eventual passagem dos aviões americanos no ataque desencadeado contra a Líbia, a utilização do território nacional para acções dos grupos terroristas que combatem os povos de Angola e Moçambique.

É neste quadro que se insere a problemática da luta pela Paz em Portugal. A propósito, acrescento-se: se há o perigo da transferência dos F-16 dos EUA, de Espanha para Portugal, entretanto há que estar atento à pretensão da RFA para aumentar para o dobro a sua base em Beja.

Sobre tudo isto, o que temos a dizer é muito claro: não é uma questão de dólares. Não queremos um governo que venda e regatee «bem» o território nacional e a nossa soberania. O que exigimos é uma posição de princípio. Na fase actual, não colocamos a exigência da saída das bases estrangeiras pré-existentes mas o que não queremos é o aumento das facilidades, o acréscimo dos contingentes, novas bases. A soberania de Portugal e a segurança dos portugueses não estão à venda. A opinião pública não deve deixar-se iludir. A questão não está nas «smololas», ainda que elas possam ser um pouco maiores.

Dizemos o mesmo em relação às armas nucleares. Quando questionamos as instâncias oficiais sobre o perigo de instalação em Portugal desse tipo de armas, sempre nos dizem «não foi pedido». Mas o que queremos saber é qual é a posição de princípio. Há países da NATO que rejeitam a instalação de armas nucleares no seu território em tempo de Paz. O que entendemos é que os órgãos de soberania portugueses devem ter tal posição até para desencorajar eventuais pedidos e pressões.

Deixamos o mesmo em relação às armas nucleares. Quando questionamos as instâncias oficiais sobre o perigo de instalação em Portugal desse tipo de armas, sempre nos dizem «não foi pedido». Mas o que queremos saber é qual é a posição de princípio. Há países da NATO que rejeitam a instalação de armas nucleares no seu território em tempo de Paz. O que entendemos é que os órgãos de soberania portugueses devem ter tal posição até para desencorajar eventuais pedidos e pressões.



Os outros domínios da Economia

Realizou-se na passada semana em Sintra a V Conferência dos Ministros da Cultura europeus. De terça a quinta-feira, os 21 países do Conselho da Europa discutiram em conjunto com os signatários da Convenção Cultural Europeia — Finlândia, Santa Sé e S. Marino — questões como «Economia e Cultura», o «Financiamento da Cultura», «Financiadores e Beneficiários».

No plano interno, a realização neste momento (1.º aniversário da Lei do Mecenato) desta reunião proporcionou a Cavaco Silva uma oportunidade de alardear, para os representantes estrangeiros mas não só, as virtudes e os resultados de um ano de aplicação da Lei do Mecenato Cultural.

É que se entre os ministros presentes em Sintra a questão do financiamento privado da cultura não é de forma nenhuma pacífica (como aliás se verificou), em Portugal com as carências por todos reconhecidas neste domínio, ela é bastante polémica, e isto apesar dos esforços da secretária de Estado Teresa Gouveia, como de alguma vária imprensa, para nos fazer acreditar que vivemos no melhor dos mundos e que, como em tudo o mais, a solução é «privatizar».

Ainda que o comunicado final da reunião aponte para algum consenso, a verdade é que nesta reunião surgiram duas linhas completamente opostas. Por um lado, a ideia do financiamento privado às actividades culturais como o grande motor do desenvolvimento destas últimas, por outro a ideia, defendida nomeadamente pelos ministros do Luxemburgo e da Suécia da indispensabilidade da contribuição dos poderes públicos do fomento da cultura.

O ministro do Luxemburgo diria que «não podemos esperar que os mecenas apoiem acções culturais que sabem à partida não lhes trazer benefícios» e acrescentaria, «não conheço nenhum mecenas que alguma vez tenha intervindo para combater o desemprego, mal que constitui uma ameaça para a democracia».

Em oposição às teses liberais defendidas nomeadamente pelo Governador português, o ministro da Suécia diria que «não existem programas definidos do sector privado na cultura pois eles estão preocupados com a publicidade».

Por este conjunto de ideias, e pelo próprio comunicado final não pode Cavaco Silva e Teresa Gouveia argumentar, como de costume, com o que se faz na Europa e deve fazer-se em Portugal.

Ideias como a da maior colaboração com os países socialistas no campo do intercâmbio cultural, de um projecto de cooperação no âmbito da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa ou esoutra de que «o financiamento privado não

deverá implicar um desvinculamento das obrigações e das responsabilidades dos poderes públicos, de criarem condições favoráveis para o desenvolvimento das actividades culturais», opõem-se em linhas essenciais à prática corrente do Governo de Cavaco Silva e do PS.

Privatizar a cultura

Falou Teresa Patrício Gouveia, na abertura da Conferência, do «espírito do nosso tempo, em que cada vez mais se ganha consciência da componente económica no incremento da cultura nos países». No ano passado em Bruxelas, as associações empresariais que financiam actividades culturais concluíram elas próprias que «o mecenato cultural não deve ser considerado como um substituto à responsabilidade dos Estados e das colectividades locais».

No seu afã de privatizar, o Governo privatiza até a consciência do País, a sua cultura, ajuntando para isso uma série de argumentos como o «espírito do tempo». Por outro lado os capitalistas sempre vão dizendo que, da cultura, apenas lhes interessa aquilo que dá lucro.

Em que ficamos então em Portugal? Com um Governo que aponta o mecenato como única perspectiva de desenvolvimento cultural, e o capital privado que aposta na cultura como mais um mercado e como forma de promoção publicitária? Previsível-

mente e na ausência de alternativas, ficaremos reduzidos aos grandes espectáculos, às grandes iniciativas, às grandes edições luxuosamente apresentadas e a preços a condizer e, nos intervalos, aos anúncios supremamente idiotas para que as pessoas comprem livros.

Os dados recentemente publicados sobre a leitura em Portugal, as taxas de insucesso escolar e bem assim de analfabetismo, são as pontas visíveis de um imenso iceberg de atraso e subdesenvolvimento que exige uma acção enérgica, concertada e rigorosamente dirigida, de ataque às carências básicas da população em geral. Ora, tal política não pode desenvolver-se à custa de investimentos privados ao sabor das margens de lucro.

Mas naturalmente que a questão é outra, e o editorial do «Diário de Notícias» era há dias bem claro nesse ponto: «pretender que o Estado continue, (...) como gestor exclusivo desta área é exigir-lhe que venha a ser na cultura aquilo que ele, em todo o Ocidente, se recusa a ser nos outros domínios da economia». (DN, 17 Setembro, 1987).

Não é por isso devido ao facto de «não haver dinheiro que chegue» (DN, 17 Setembro, 1987) para a cultura que se colocou a premência do investimento privado, mas antes porque vastas áreas de cultura constituem hoje terreno vasto de potencialidades para chorudos lucros, que se coloca a questão.

Donde resulta, necessariamente que, a orientação do Governo nesta área é em completo diversa da que o País precisa para o seu desenvolvimento.

É isto para já não falar das possibilidades de controlo ideológico e político da actividade cultural por via dos investimentos privados que vêm ou não vêm.

O facto de nesta Conferência não se ter falado uma palavra de português, ou de os ministros da Cultura não terem participado na visita guiada a Sintra promovida no âmbito da Conferência, factos a que a imprensa deu relevo, são apenas sintomas de que, nesta reunião, nem sempre se discutiu sobre cultura. Talvez que a maior parte da discussão se tenha dirigido, como efectivamente dizia o «Diário de Notícias», para «os outros domínios da economia».

A propósito das explosões em caixas da EDP

Há semanas atrás tinha sido em Moscavide. Depois, no Alto de S. João e em Almada. No passado dia 15, cerca das 13 e 30 horas, foi na Avenida de Roma. No total, dois mortos (Moscavide e Av. Roma) e mais de uma dezena de feridos, alguns dos quais com graves queimaduras no corpo. Na imprensa diária, na rádio e na TV as explosões das caixas da EDP na Grande Lisboa foram notícia divulgada aos portugueses como episódios de uma «agenda» do dia, constituída também pelo incêndio, o acidente de viação e o quotidiano da marginalidade. No entanto, as explosões das caixas subterráneas da EDP não são episódios para noticiar apenas em cima da hora. Conduzem-nos a um problema mais vasto, que exige reflexão profunda, como se depreende das declarações prestadas ao nosso jornal por um técnico da EDP, o engenheiro **Demétrio Alves**, representante dos trabalhadores na Comissão de Fiscalização da empresa e dirigente da Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas de Portugal.

As consequências do estrangulamento financeiro

Costuma-se dizer, principalmente nas oficinas, que «o material tem sempre razão». Também há quem diga — como sucede lá em casa quando o velho aspirador já não aguenta — que os objectos não são eternos, que é necessário alargar os cordões à bolsa e ir à loja buscar outro... mas novo. E o exemplo até entra, sem pedir licença, em casa dos portugueses. Nestes últimos dias a RTP tem informado que a interrupção temporária para a zona de Lisboa da emissão do 2.º canal se torna necessária uma vez que vai substituir o emissor de Monsanto, velho de 20 anos.

Menos preocupada com velharias parece estar a EDP. As caixas de seccionamento, como as que têm estoirado na via pública, têm entre 20 e 30 anos e a sua substituição há muito deveria ter ocorrido. Recorde-se, a propósito, que em 1981 se registou cerca de uma dezena de explosões em semelhantes caixas seccionadoras da EDP.

O eng.º Demétrio Alves explica: «Desde há vários anos que a política governamental para a EDP tem ido no sentido do estrangulamento financeiro, adiando, cortando, reduzindo investimentos fundamentais para assegurar em plenitude um serviço público com esta dimensão e estas responsabilidades. Relatórios oficiais de organismos da empresa têm assinalado essa grave situação.

«Ora, os cortes no investimento surgem onde é... mais fácil realizá-los: exactamente na rede de distribuição. Vejamos: enquanto investimentos ligados, por exemplo a barragens/centros produtores não podem ser interrompidos, já os da rede de distribuição acabam por sê-lo mais facilmente — não se fazem ramais, não se estendem fios, não se colocam tantas lâmpadas, não se substituem caixas seccionadoras, como as que têm explodido».

E o Fundo de Apoio Térmico?

Acrescenta Demétrio Alves: «O anterior Governo do PSD im-



Demétrio Alves, engenheiro da EDP: uma crítica enérgica aos que tentam directa ou indirectamente relacionar os acidentes nas caixas seccionadoras com o menor zelo dos trabalhadores da EDP ou com as «gaffes» das empresas públicas

pôs à EDP para este ano de 1987 um máximo de apenas 72 milhões de contos de investimentos no âmbito do chamado Plano de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (PISEE).

«Para que se pudessem concretizar as obras fundamentais de remodelação e substituição de equipamentos na rede de distribuição a EDP necessitava, no mínimo, de 85 milhões de contos».

Porquê, então, estes cortes?

Porque a empresa tem «falta de saúde financeira», dirão os seguidores da política cavaquista, provavelmente ainda às voltas com a tradução exaustiva da entrevista dada pelo PM ao «Financial Times». Ora, a EDP tem problemas financeiros exactamente porque, à semelhança do que se passa com outras empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), há quem desde a primeira hora esteja interessado nessa situação.

Para além de 140 milhões de contos de dívidas, oriundas de privados e de órgãos públicos e da administração pública, acumulam-se em dívida outros milhares largos, nomeadamente através do Fundo de Apoio Térmico (uma rubrica que aparece no recibo do consumidor) e do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais⁽¹⁾.

O primeiro é uma espécie de mealheiro para salvaguardar os anos secos, nos quais a produção de energia — face à falta de água — utiliza em maior quantidade combustíveis fósseis (fuel-óleo e carvão), o que a torna mais cara. Só que, após 4 anos secos, em termos hidroeléctricos, o Fundo foi... ao fundo e os défices tornaram-se uma dura realidade para a empresa.

Ora, a EDP, neste caso excepcional, deveria ser compensada

neste breve encontro com o «Avante!» para questões de outra ordem: «deveriam existir no seio da EDP, mais solidamente estruturados, órgãos e metodologias próprias à investigação e desenvolvimento técnico-científico».

«Ou seja, depois dos acidentes ocorridos não teria sido necessário estudar e investigar em profundidade o que se passou nessas caixas? E por exemplo, em colaboração com instituições científicas (Universidade, LNETI, etc.) e mesmo com os fabricantes dos materiais, não teria sido possível à EDP avançar mais nessa investigação, quantificando os riscos, trabalhando uma análise rigorosa das características e da evolução histórica dos equipamentos, confrontando o Ministério da tutela com as conclusões respectivas?»

Finalmente, o eng.º Demétrio Alves sublinha e enquadra um terceiro aspecto: a política de recursos humanos e a sua valorização profissional na empresa. «Não se pode aceitar que a EDP seja levada a praticar uma política de recursos humanos que aponta para a redução indiscriminada de pessoal (chamada composamente de «optimização») e para o recurso crescente a mão-de-obra alugada (sem adequada formação técnica) através de empreiteiros que na generalidade não assumem responsabilidades sociais de qualquer ordem com o pessoal que utilizam. Trata-se de um assunto para o qual as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) têm alertado a opi-

Coincidência ou não?

Por coincidência ou não, tanto as explosões de 1981 (à volta de uma dezena) como as que se registaram recentemente nas caixas de seccionamento da EDP, ocorreram em períodos de intenso calor.

As temperaturas altas contribuem ou não para essas explosões? A opinião dos técnicos nesta matéria não é unânime. Só uma investigação rigorosa de âmbito técnico-científico poderá dar a resposta definitiva. Uma coisa é certa: a EDP tem que realizar grandes obras de remodelação na rede, para poder instalar novas caixas. Não será asfixiando financeiramente a EDP que isso se conseguirá. ■

pelo Estado, através do referido fundo estrutural. Mas não é. Em vez disso tem sido empurrada para a angariação de créditos no mercado externo de divisas (como a Petrogal), o que obrigou a EDP a pesados encargos, tanto mais que o escudo tem sofrido constantes desvalorizações. Englobando os erros de uma política financeira deste calibre, o passivo actual da EDP chegou já aos 940 milhões de contos.

Os problemas da investigação e da política de recursos humanos

Depois de uma primeira abordagem ligada à situação financeira, Demétrio Alves chama a atenção

pública e os órgãos oficiais e que embora não tenha relação directa com as explosões das caixas seccionadoras, não pode deixar de aqui ser chamado já que é um facto de diminuição da qualidade, da fiabilidade e da segurança dos serviços prestados pela EDP. Como empresa pública que é, e até por isto mesmo deve continuar a ser, a gestão dos recursos humanos e a sua valorização profissional não deve ser feita em meros moldes tecnocratas e com base em critérios de optimização capitalista mas sim dirigida à satisfação das necessidades colectivas» ■

⁽¹⁾ O objectivo do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais seria o de compensar empresas que, como a EDP, são obrigadas a contrair empréstimos no estrangeiro e que mercê da conjuntura cambial e financeira registam pesados aumentos de encargos. A EDP perdeu e nunca foi compensada.

O que são caixas seccionadoras

As caixas seccionadoras do tipo das que têm explodido (Moscavide, Alto de S. João, Almada e Av. de Roma) são receptáculos metálicos subterráneos com três entradas/saídas para cabos eléctricos de alta e média tensão e ainda com ligações à terra de segurança. No interior existem elementos móveis de seccionamento/interrupção dos circuitos eléctricos, imersos em óleo dieléctrico (isolante), que preenche quase totalmente a caixa. São operadas manualmente no local e servem para assegurar as ligações dos vários anéis da rede de distribuição aos postos de transformação que alimentam os clientes.

As ligações eléctricas entre as peças móveis têm que ser perfeitas, para que não surjam aquecimentos ou saltem arcos eléctricos, que, ao determinarem o aquecimento e a decomposição do óleo e consequente formação de gases, podem propiciar a explosão, por inflamação desses gases.

De facto, para que haja ocorrência de explosões do tipo das que têm acontecido é forçoso que surja sobreaquecimento excessivo do óleo dieléctrico com consequente decomposição e libertação de gases, que uma vez em contacto com arcos eléctricos podem deflagrar. Para que se dê o sobreaquecimento/decomposição do óleo isolante as causas podem ser diversas e é isso mesmo que neste momento se estará a apurar no inquérito em curso.

Em Lisboa existem mais de uma centena de caixas deste tipo. Só na «Baixa» funcionam dezenas, 7 das quais na Rua do Ouro. Sem entrar no campo do alarmismo, recorde-se que em 1981 se registou cerca de uma dezena de explosões em caixas deste tipo. A substituição do equipamento acabou por não se concretizar ao ritmo desejável por limitações de investimento. ■

DESARMAMENTO E DESENVOLVIMENTO

250 mil milhões de dólares, é o montante médio anual estorquido pelas multinacionais aos países que convencionalmente se diz em vias de desenvolvimento. Soma idêntica é consumida em despesas militares nos Estados Unidos. Um dado numérico que — a par de muitos outros — traduz uma profunda realidade política. Entre a política de tensão e a corrida armamentista, de um lado, e a expropiação neocolonial dos países do Terceiro Mundo, existe uma dependência umbilical. Dependência que assume muitas formas, mas de que grosso modo a razão é apenas — maiores lucros e mais armas. As «guerras das estrelas» dão lucros fabulosos, mas exigem investimentos que o não são menos. E a algum lado se vão buscar os milhões de dólares necessários.

Este, um dado objectivo que tem vindo a ser compreendido e reconhecido, nomeadamente por muitos Estados.

«Muitas pessoas compreendem já a existência de uma ligação entre o endividamento sem precedentes dos países em vias de desenvolvimento, originado por um intercâmbio não-equivalente, nova forma de rapina colonial, e o aumento dos orçamentos militares dos Estados imperialistas — destaca Gorbatchov, em mensagem à Conferência da ONU sobre desarmamento e desenvolvimento — É óbvia a situação extraordinariamente injusta em que os primeiros países pagam, em grande medida, as despesas militares dos últimos».

Muitas pessoas compreenderam já — mas não na Administração Reagan.

Uma vez mais os Estados Unidos lançaram obstáculos ao prosseguimento de um processo que deve contribuir — em simultâneo com as lutas de cada povo no mesmo sentido — para a melhoria das dramáti-

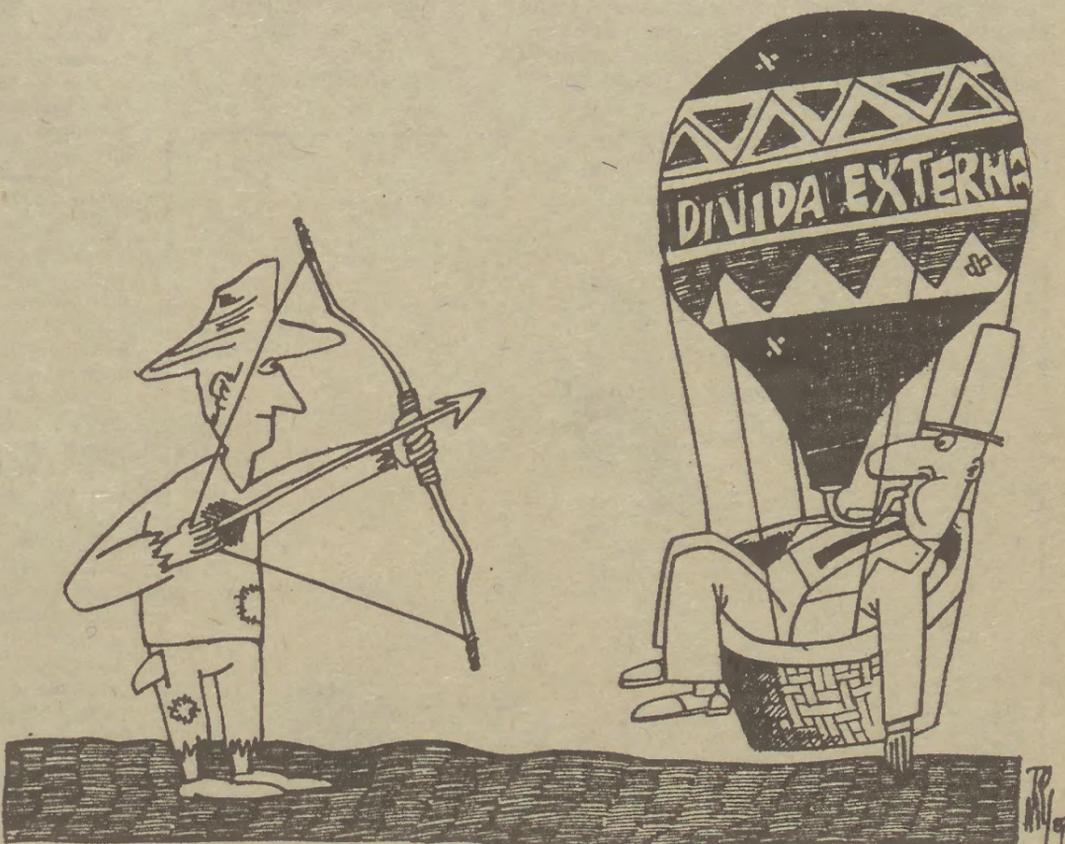
cas condições de vida (ou de morte...) a que está sujeita a maioria da Humanidade. À proposta soviética, apresentada pelo camarada Gorbatchov, para a realização de uma cimeira do Conselho de Segurança da ONU sobre desarmamento e desenvolvimento — a resposta de Washington foi não. Argumentando-se, na Casa Branca, que a proposta da URSS «está viciada na base e é indefensável», pois não haveria qualquer ligação «entre o desarmamento do mundo industrializado e o desenvolvimento económico do Terceiro Mundo».

A posição bem significativa daquilo que se quer esconder. E dos caminhos de exploração que se pretende continuar a trilhar.

Antecedentes de uma Conferência

Este não de Washington não é novo. A Conferência que decorreu

A interdependência que Washington se recusa a ver



Gorbatchov Desenvolvimento através do desarmamento

«O princípio do desenvolvimento através do desarmamento insere-se organicamente na concepção de criação de um sistema global de paz e segurança internacionais» — sublinha Gorbatchov na mensagem enviada à Conferência da ONU sobre desarmamento e desenvolvimento, em que são avançadas propostas concretas.

Continuaremos a fazer os possíveis para reforçar o prestígio da Organização das Nações Unidas e o seu papel na contribuição para o desenvolvimento através do desarmamento. Consideramos que o Conselho de Segurança da ONU deve ocupar-se também de perto desta tarefa. Seria útil debater, de forma concreta, os problemas do desarmamento e do desenvolvimento num encontro especial dos dirigentes máximos dos Estados membros do Conselho de Segurança da ONU.

A materialização do princípio fundamental «o desarmamento em prol do desenvolvimento» pode e deve unir a Humanidade, ajudando a formar a sua consciência planetária.

Somos a favor do aumento da transparência e da abertura relativamente à actividade militar e às despesas nesta área, e propomos persistentemente que sejam comparadas as doutrinas militares da NATO e do Tratado de Varsóvia. Isso permitiria comparar, de maneira realista, os orçamentos militares com o fim de pôr termo ao seu aumento desmesurado e limitá-los a um nível suficiente e razoável.

É preciso fazer parar e inverter o processo de militarização. Se todos os Estados elaborassem planos nacionais de conversão, dariam um importante passo nesse sentido, que reforçaria a confiança internacional, e provariam a sua determinação de reduzir a produção militar.

Para transferir os meios libertados com o desarmamento para os países que deles carecem, seria desejável criar no âmbito da ONU um fundo internacional «o desarmamento em prol do desenvolvimento», aberto para todos os Estados. A URSS está disposta a contribuir para tal fundo. ■

na sede da ONU, em Nova York, entre 24 de Agosto e 11 de Setembro — realizou-se, apesar das posições de sabotagem assumidas por Washington.

Foi em 1984 e 1985 que a Assembleia Geral da ONU decidiu da convocação de uma conferência internacional para tratar das questões que se prendem à relação recíproca entre desarmamento e desenvolvimento. A oferta então avançada pela França para a sua realização em Paris, seguiu-se um significativo recuo. O imperialismo não ousou uma recusa frontal a esta reunião internacional. Optou pela via da sabotagem.

No Verão de 85, Washington recusa participar nos trabalhos do Comité preparatório. Em Abril de 1986, os EUA notificam oficialmente o secretário-geral da ONU da sua não participação na Conferência afirmando-se que o governo norte-americano «não vê uma relação recíproca entre as duas questões» — desarmamento e desenvolvimento.

Mas a relação que se enxerga em Washington é bem evidente para a maioria da comunidade internacional. E assim, na sua 41.ª Assembleia Geral, a ONU decidiu a convocação da conferência, definindo concretamente da sua realização.

Os factos e os números

A ajuda no plano estatal para o desenvolvimento, concedida pelos países membros da OCDE, reduziu-se de 0,48% do seu produto nacional bruto (PNB) global em 1965, para 0,36% em 1984. No caso con-

creto dos EUA, essa ajuda passou de 0,58 para 0,23% do PNB. Isto apesar de decisões da ONU, no âmbito da estratégia internacional de desenvolvimento e do programa para uma nova ordem económica internacional (NOEI), preverem para o decénio em curso um índice de ajuda de 0,7% do PNB.

Mesmo nas migalhas, o capital poupa dólares. Que todos são poucos para armas!

Mas há mais. Enquanto se comprimem mais ainda as mínguasdas percentagens destinadas ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo (e simultaneamente se utilizam tais «ajudas» como instrumento de chantagem política) — as verbas destinadas à «assistência» militar a esses mesmos países, tendem a subir. As «ajudas» militares dos Estados Unidos, de que 75% se destina a países em vias de desenvolvimento, e muito concretamente ao fomento das guerras regionais, passaram de aproximadamente 3,2 mil milhões de dólares, no ano fiscal de 81, para 4,8 mil milhões de dólares, no ano fiscal de 1986. 50% de aumento em cinco anos.

Um dado a que há que somar outro. A assistência militar constitui hoje cerca de 20 a 30% da «ajuda» que os países capitalistas industrializados prestam ao desenvolvimento pelos canais da OCDE.

Neste quadro poder-se-á falar de «ajuda» e de desenvolvimento?

As perspectivas do possível

Bem diversas seriam as perspectivas, no quadro de uma dinâmica

de desarmamento. Basta referir que se dos artigos de importação dos países em vias de desenvolvimento fossem riscados os armamentos, a procura de crédito baixaria de 20% e o endividamento em preços correntes, 15 por cento.

Mas nem só das dramáticas dificuldades do subdesenvolvimento se trata. A íntima ligação desarmamento-desenvolvimento diz respeito a todos. Não apenas porque, quer o mundo capitalista queira ou não, 500 milhões de pessoas com fome, 800 milhões de analfabetos, também lhe entram pela porta dentro, são uma chaga tremenda com repercussões sociopolíticas no conjunto da realidade mundial. Mas também porque sobram problemas não resolvidos no mundo capitalista desenvolvido. A somar a questões globais que a todos nós dizem respeito.

A concretização do programa de liquidação do armamento nuclear e outras armas, apresentado por Gorbatchov em 15 de Janeiro de 86, proporcionaria aos EUA uma economia de quase um bilião de dólares até ao ano 2000. Para a Europa Ocidental, a verba economizada seria da ordem dos 300 mil milhões de dólares.

Cingimo-nos aqui ao plano económico. O que já não é pouco. Mas o desarmamento tem ainda um outro reflexo no plano do desenvolvimento. De par das verbas libertas, criam-se mais facilmente condições políticas para abrir espaços de verdadeiro desenvolvimento — o que serve os interesses dos povos; o que responde às suas necessidades.

Este um dos factos que para o imperialismo surge como ameaça real. ■

Com o fel à mostra

Em toda a parte do mundo as notícias dos acordos recentemente celebrados entre soviéticos e norte-americanos sobre a matéria de guerra nuclear, acordos que foram passos importantes dados na direcção da paz, foram saudadas calorosamente. Houve saudações sinceras, saudações menos sinceras, saudações «preocupadas». Velhos falcões franziram a penugem dos sobrolhos, tal como Kissinger. E disseram mal, com a RTP a lamber-lhes as palavras. Terá sido, de resto, em Portugal, onde o azedume, coberto muitas vezes com a capa da indiferença, se mostrou mais vivo. Mais papistas que o papa, mais reaganistas que Reagan, alguns corvos da nossa praça — que não têm o voo dos falcões — não deixaram de mostrar o incómodo. Com o fel completamente à mostra

apresentou-se um tal Vítor Direito, que no seu pasquim costuma escrever «bilhetes postais», onde é uso dar largas aos sentimentos antidemocráticos e à mais reaccionária sanha contra tudo o que lhe cheire a paz e a democracia. Escreve ele desta feita, sobre o acordo assinado que se destina a impedir ataques nucleares por acidente: «Quem lhes desse com um pano encharcado na cara. Mesmo que fosse por acidente...» De facto, para tal senhor, panos encharcados só de propósito. Felizmente que estes «bilhetes postais», com o selo de Vítor Direito, não vão longe.

Assim é que é democrático!

Todos os anos — desde há muitos — é assim: anuncia-se que as aulas vão abrir e que toda a gente vai ter lugar, a tempo, nas escolas do País. Chega o dia marcado e

verifica-se que não. Assiste-se depois a uma guerra de números. Tantas escolas abertas, tantos alunos sem aulas, tantas escolas ainda fechadas, tantos professores ainda não colocados, tanto pessoal variado que falta. Nesta guerra, os números são tão vários e encobrem-se tanto uns aos outros que é difícil, ao telespectador e ao ouvinte, ao leitor, ao consumidor de informações, saber a quantas anda. Cada um vai sabendo de si — cada aluno, cada familiar, cada turma, cada escola. Desta vez há uma novidade! Não que as escolas tenham finalmente aberto todas no mesmo dia e a boas horas. Mas que abriram democraticamente, deixando

de fora alguns filhos do próprio ministro da Educação. Quem deu a notícia foi «A Capital». Descansou-nos a todos. Assim está bem. É democrático... É... filial.

Aliás... também!

A propósito dos debates sobre o Programa do Governo, o «Avante!» inseriu, nessa altura, no suplemento que dedicou ao facto, um quadro resumindo, por grandes áreas — Sector Empresarial do Estado, Agricultura, Leis Laborais, Leis Eleitorais e Comunicação Social do Estado — o que dita a Constituição e comparando as posições do Governo com as do PCP e as do PS. Atento e pouco imaginativo, o semanário «Tempo», pega numa tesoura, corta, cola e manda compor (no mesmo tipo Helvética que o órgão do PCP usa) e assim consegue organizar a página 11 da sua edição de... duas semanas depois. Como necessitava de, por via das dúvidas e não fosse ser acusado de plágio, publicar um pequeno comentário, o «Tempo» teve de cortar a coluna respeitante às posições do PS. E, para que não restassem dúvidas sobre a originalidade do seu trabalho, o «Tempo», comentando as comparações, esclarece: «É o que resulta do quadro junto, comparação que, aliás, também o «Avante!» insere na análise que faz do Programa do XI Governo Constitucional» (!) Estas do «aliás, também», é a expressão com que o «Tempo» pretende cobrir a cópia que, aliás, também não espanta nada que uma folha assim se permita fazer.

Com amor e... suspeita

A «privatização da economia», eufemismo que tem servido à direita e a alguma «esquerda» para designar o desmantelamento do sector nacionalizado, está na berra. Não há jornal nem pasquim que não fale disso. É natural. Uns puxam para os lados do 24; outros defendem o 25 de Abril e a democracia saída da revolução e institucionalizada depois; outros aparentam não saber de que terra são. O curioso é que, enquanto, por exemplo, os fascistas de «O Diabo» falam de «privatizar com amor o que se nacionalizou de forma brutal», os seus colegas do «Semanário» chamam a atenção (!) para os milhões de contos envolvidos. E dizem: «As suspeições contra membros do Governo vão obviamente aumentar com a reprivatização de empresas públicas. Milhões de contos estão envolvidos. Possivelmente quase todos os grupos económicos, antigos e novos, portugueses e estrangeiros, apoiaram o PSD e a sua campanha eleitoral na expectativa de ganhos próximos...» Não poderia ser mais claro. Nestas histórias de amor, não há nada como uma ponta de suspeita para apimentar o enredo.

Pontos Cardeais

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

Lagosta escandalosa

Disseram os jornais: trinta milhões de contos mesmo mais, é o que o governo aposta de todo o coração na importação de peixe fino, lagostim, lagosta...

Lagosta tal e tanta, por acaso, que o Cavaco, já ouvi rumores, a vai distribuir pelos trabalhadores com o salário em atraso!

Depois, se alguém, com o que fica à vista gritar e protestar, de duas, uma: ou é comunista ou não tem paladar...

A TV em leilão

Agora é o Maxwell que quer um canal pois sim very well, Que há nisso de mal?...

Rotundo farnel para o Capital. Governo é fiel lá vai um canal...

Inglês? Não faz mal há aqui afinal servos a granel.

Libras no bernal. Queres um canal? Até dois, ò Maxwell!

Dinheiro? Não é problema!

A UGT, coisa extraordinária como nunca se viu, diz-nos que finalmente descobriu a vocação bancária.

Ouvi o Couto franco tão contente dizer que a sua gente ia ter... um banco!

E o dinheiro? — pergunto embasbacado. Ele porém nos diz de tal assunto que não lhe dá cuidado.

Vai receber algum de amigos estrangeiros, qualquer dia é o que pela TV o Couto me anuncia.

A UGT Banqueira vai cumprir como os outros banqueiros. É pragmática. Pelo menos, de os servir já ela tem a prática...

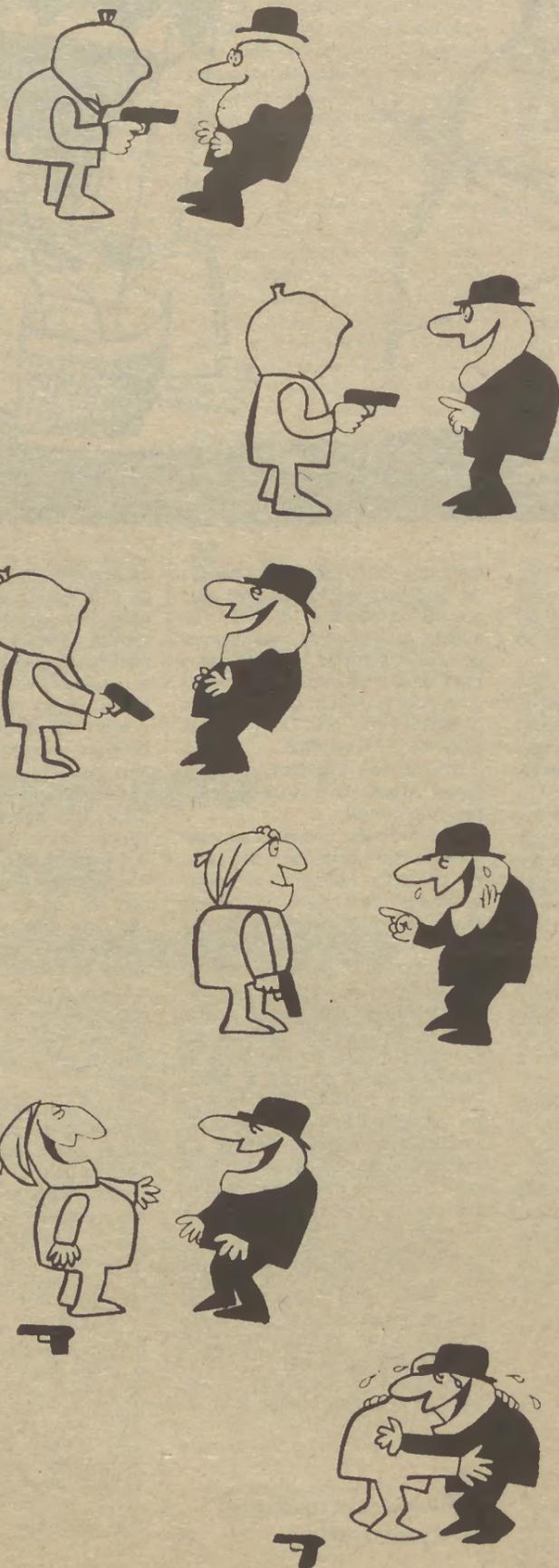
Os borregos

Lá donde, ida daqui festeja a luz seus volteios diários, seu chamegos, lá onde a terra há séculos produz para servir britânicos sossegos,

lá da longínqua Austrália onde reluz nosso amar de marítimos apegos, de lá mandamos vir, não cangurus, mas belos, brancos e banais borregos...

Havendo tantos cá, eis eu me fico ciente de que traz água no bico este em borregos esbanjar dinheiros.

E já se ergue um clamor de desacordos. Saiba o Cavaco e seus borregos gordos que não somos um povos de carneiros!



Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 717

24 de Setembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

COMÍCIO

DE HOMENAGEM
A CARAVELA E CASQUINHA

ESCORRAL

DOMINGO, 27/SETEMBRO/87 - ÀS 16 HORAS
NO LARGO DA REPÚBLICA

COM A PRESENÇA DO CAMARADA

Álvaro Cunhal

PETROGAL - Lisboa

Plenário de célula em Mafra,
dia 27 (domingo), às 10 horas

Discussão da situação política e social e do funcionamento da organização do Partido na empresa, almoço-convívio. Participa o camarada José Casanova, da Comissão Política do CC.

Quinta ²⁴

• LISBOA

Plenários de células de empresas dos Olivais, às 18.30 no Centro de Trabalho de Moscavide.

Sexta ²⁵

• LISBOA

Plenários de células dos Olivais Norte e Sul, às 21.00, no Centro de Trabalho dos Olivais; encontro de Eleitos nas Autarquias da 1.ª Zona, às 21.30 no Centro de Trabalho Vitória; Plenário de Freguesia, às 21.30 no CT de Benfca; plenário de célula do Bairro do sector Norte e Zona 1, às 21.00, no CT de Marvila; plenário de freguesia, às 21.00, no CT de Campolide.

• SANTARÉM

Reunião geral de militantes, às 21.00, no CT da DORSA.

• AMARANTE

Reunião da Comissão Executiva do Vale do Sousa, no CT de Amarante, às 21.30.

• PORTO

Plenário da Comissão de Freguesia da Campanhã, às 21.30, no Centro de Trabalho de Campanhã.

• VALONGO

Plenário da Organização, às 21.30, no CT de Valongo.

Sábado ²⁶

• RIO TINTO/
/GONDOMAR

Plenário de militantes da organização de Rio Tinto, às 15.00, no CT da Ponte.

• FELGUEIRAS

Reunião da comissão concelhia, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Domingo ²⁷

• VISEU

Plenário da Comissão Distrital de Viseu, às 10.00, no Centro de Trabalho.

• MAFRA

Plenário de célula da Petrogal, às 10.00, seguido de convívio e intervenção política pelo camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• ESCORRAL

Homenagem a Caravela e Casquinha, às 16.00, no Largo da República, com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

Segunda ²⁸

• LISBOA

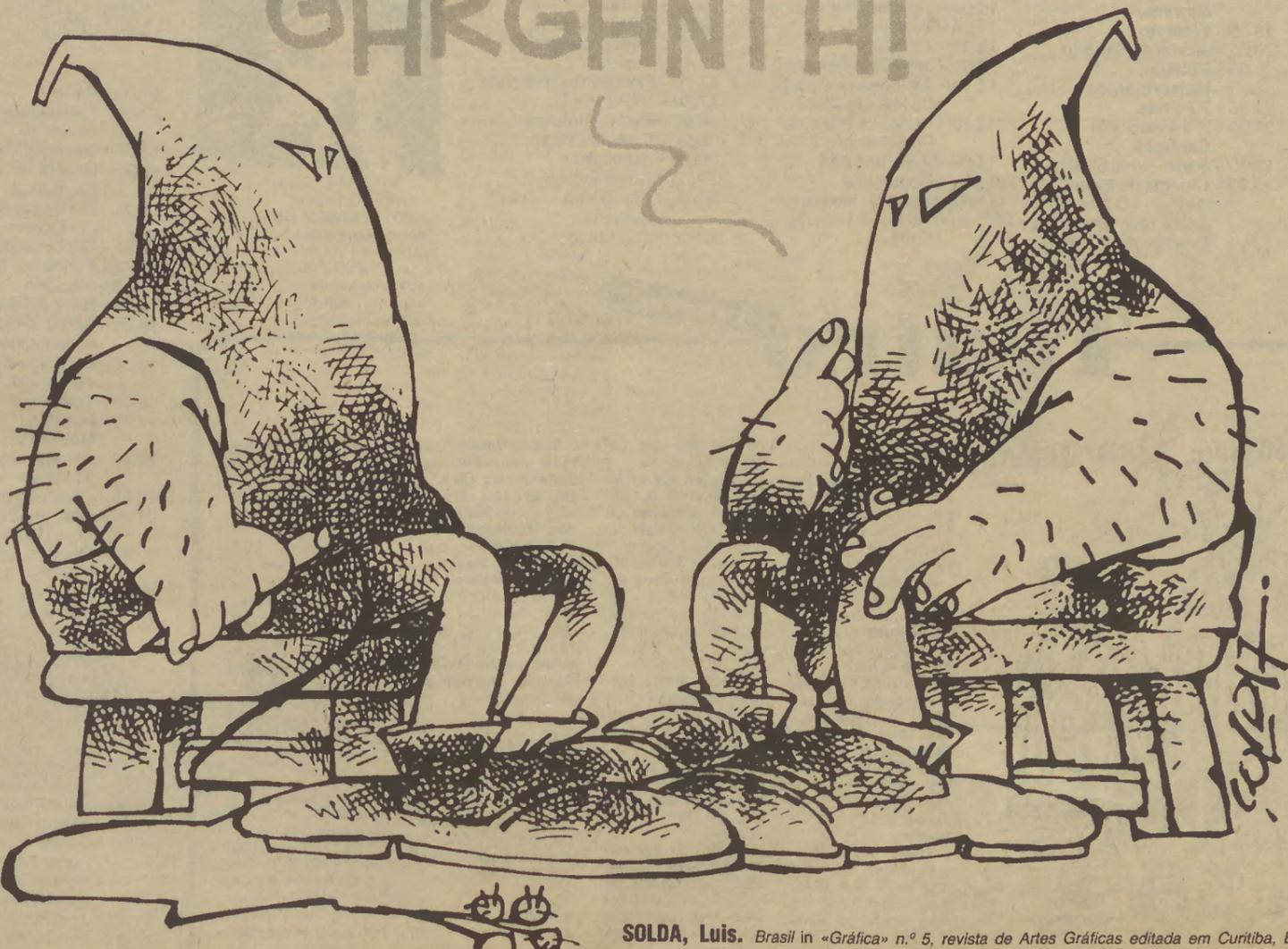
Plenário de dirigentes do Partido nas Colectividades, às 21.30, no CT de Benfca.

Terça ²⁹

• LISBOA

Plenário de militantes do sector dos transportes, às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória, com o camarada José Casanova.

NÃO SEI O
QUE HÁ COMIGO!
CADA VEZ
QUE EU ENFORÇO
UM INOCENTE,
SINTO UM NÓ NA
GARGANTA!



TV O Programa

Quinta ²⁴

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.55 - Série - «História Secreta do Petróleo»
- 15.00 - Matinée - «O Retrato de Jennie»
- 16.30 - Documentário
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série - «Segredos Diplomáticos»
- 19.25 - Série - «Missão de Paz»
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - Série - «Reviver o Passado em Brideshead»
- 21.40 - Face a Face
- 22.40 - Série - «Pecados»
- 23.35 - Notícias
- 00.05 - Remate.

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série - «O Tempo e o Vento»
- 22.15 - Surviving.

Sexta ²⁵

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.55 - Foi Êxito na TV
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série - «Segredos Diplomáticos»
- 19.25 - Memória Audiovisual
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico

- 20.40 - Mobil nos Caminhos de Portugal
- 20.55 - Série - Reviver o Passado em Brideshead»
- 21.35 - XI Festival Nacional de Folclore Algarve/87
- 23.05 - Notícias
- 23.45 - Pela Noite Dentro - «A Intrusa», real. Carlos Hugo Christensen (Brasil/1979).

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.35 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Clube de Jornalistas
- 22.05 - Série - «A Vida que Quero Viver», 1.º epis.
- 23.00 - Série - «Os Fazedores de Dinheiro»
- 23.30 - Troféu.

Sábado ²⁶

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.00 - Série - «He Man»
- 11.20 - Série - «David e Gnome»
- 11.45 - O Anel Mágico
- 12.05 - Série - «O Tempo e o Vento»
- 12.45 - Desenhos Animados
- 13.00 - Jornal de Sábado
- 13.10 - Lucky Luke
- 13.35 - Série - «Akagera»
- 14.05 - Videopolis
- 14.50 - Jogos e Passatempos
- 16.20 - Die Graffen
- 16.50 - Documentário
- 17.20 - Série - «O Aventureiro»
- 18.20 - Série - «Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa»
- 18.45 - Experiência Migrante
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - 7 Folhas
- 21.35 - E o Resto São Cantigas
- 22.35 - Série - «Hill Street»
- 23.30 - Cinema da Meia-Noite - «O Anjo Azul», real. Edward Dmytryk (EUA/1959).



Sérgio Godinho - Música é..., segunda-feira, RTP-2

RTP2

- 10.00 - Compacto - Countdown
- 13.00 - Compacto - «Tudo ou Nada»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Série - «Quem Sai aos Seus...»
- 20.25 - Série - «Louvre»
- 21.30 - RTP/Ano 30.

Domingo ²⁷

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.00 - Missa
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Jornal de Domingo
- 13.10 - Ascensão e Queda do Rei Algodão
- 13.40 - Série - «A Ilha das Borboletas»
- 14.05 - A Prática das Coleções
- 14.30 - Circo de Moscovo
- 15.20 - Série - «A Rota da Seda»

- 16.10 - Que Profissão
- 16.30 - Primeira Matinée: «Scaramouche», Real. George Sidney
- 18.30 - Desenhos Animados
- 18.55 - Série - «O Justiceiro»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Tempo de Ensalo
- 21.50 - Série - «O Optimista»
- 21.35 - Série - «Dallas»
- 22.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.00 - Entre Barreiras
- 12.30 - Novos Caminhos
- 13.15 - Troféu
- 17.00 - Fantasia e Realidade
- 17.30 - RTP-Brasil
- 18.00 - Série - «Bullman»
- 19.00 - Palavras Ditas
- 19.25 - Music Box
- 20.30 - Arte e Letras
- 21.50 - CineClube - Ciclo Dovjenko
- 22.55 - Top Vídeo.

Segunda ²⁸

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 14.00 - Foi Êxito na TV: «História Secreta do Petróleo»
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série: «Segredos Diplomáticos»
- 19.25 - Série: «Missão de Paz»
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - Série: «A Casa de Irene»



12.15 - Telefilme: «Murrow»
23.00 - Notícias
00.10 - Remate.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Música é... Com Sérgio Godinho



22.30 - Ballado: «Bold Steps».

Terça ²⁹

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV
- 14.55 - Matinée: «Sob o Signo de Capricórnio», Real. Alfred Hitchcock
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série: «Segredos Diplomáticos»
- 19.25 - Trânsito
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - Série: «Reviver o Passado em Brideshead»
- 21.40 - Programa da Direcção de Informação
- 22.40 - Série: «Brigada Especial»
- 23.40 - Notícias
- 00.10 - Remate.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - CinemaDois: «Solaris», Real. Andrei Tarkovski (URSS/1972).

Quarta ³⁰

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 14.05 - Foi Êxito na TV: «O Rio Douro»
- 15.00 - Clpomanias
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série: «Segredos Diplomáticos»
- 19.25 - Ciência - Invenção do Futuro
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.55 - «Garfield II»
- 21.20 - Lotação Esgotada: «Um Par Temível», Real. Claude Chabrol (França/1985)
- 23.10 - Notícias
- 23.40 - Remate.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série: «Mato Grosso»
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.45 - Música da América.

Teatro O Cartaz



Personagens de teatro. Gravura em madeira que ilustra uma comédia anónima, Jacke Juggler, editada cerca de 1555

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17.30. **O Urso na Cama**, de José A. Gouveia.

Sala Nova, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom., às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. «Socorro... Sou Uma Mulher de Sucesso», de Aloisio-Coll-Gaber. De 2.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Descanso à 4.ª, enc. Io Apolloni.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Fia-

lho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Theatro Gymnásio, Rua Nova da Trindade, 5. Calderón de Pier Paolo Pasolini, enc. Mário Feliciano.

Teatro Maizum, Rua dos Poiaes de S. Bento, 75-B 2.º. De 2.ª a sáb., às 21.30. **A Bela-Calígula**, de Augusto Sobral, enc. de Rogério Vieira.

Teatro Marla Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Peça Para Dois Actores**, de Tennessee Williams, enc. Osório Mateus.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• CALDAS DA RAINHA

Casa da Cultura. De 3.ª a dom. às 21.45. **Os Rústicos**, de Goldoni, enc. de José Peixoto, pelo Teatro da Rainha.

• PORTO

Sala do Povo Portuense, Rua de Ca-

mões, 578. **Tio Vania**, de Anton Tchekov pela Selva-Trupe, enc. Fernando Umaña.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balbeário Dr. Paulo Borba. 5.ª, 6.ª, sáb. e dom., às 21.30. **Boavida e o Diploma**, de Luigi Pirandello, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. de Carlos César.

Para Crianças

• LISBOA
TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.

Cinema A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amor de Rastos	—	★★	★★	★★★	★★
B Os Dias da Rádio	★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
C Jardins de Pedra	—	★★★★	★★★★	—	—
D O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★
E O Pecado Mora ao Lado	—	★★★★	★★★★	★★★★	—

A — Real. Jacques Rivette — Quarteto/4 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) — Lisboa.
 B — Real. Woody Allen — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 C — Real. Francis Ford Coppola — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Billy Wilder — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de 1 a 5



...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

Na Cinemateca Nacional, Rua Barata Salgueiro, n.º 39, decorre o ciclo de homenagem a Claudette Colbert. Hoje mesmo exhibe-se às 21.30 o filme *Since you wet away* (Desde que tu partiste/1944) de John Crowell em cópia legendada em português. Dia 25 é a vez de *Tomorrow is forever*

(Amanhã viveremos/1945) de Irving Pichel, desta vez às 18.30 e no dia 26 pode ver *It happened one night* (Uma noite aconteceu/1934) de Frank Capra, às 21.30. No dia 28, ainda na Cinemateca e em homenagem a John Huston, recentemente falecido, exhibe-se *The man who would be king* (O homem que quis ser rei/1945) a partir das 21.30, em versão original. A homenagem a Lee Marvin pode ver dia 29, em versão original a partir das 21.30, *Donovan's Reef* (A taberna do irlandês/1963), de John Ford. Entretanto a Cinemateca anuncia para os próximos dias um conjunto de antestreias e inéditos. Assim no dia 26 às 15.30 temos *Shadows* (1959) de John Cassavettes. Dia 26 mas às 21.30 *Offret* (O sacrifício/1986) de Andrei Tarkovski. Dia 28 passa às 18.30 *Les Mendiants* (1986) de Benoit Jacquot às 18.30. Dia 29, finalmente, às 18.30, pode ver-se *Mientras haya luz* (1987) de Filipe Vega.

guns dos filmes argentinos que estiveram presentes na Figueira da Foz. Hoje, por exemplo, pode ver *Ana onde estás* (1987) de Narcisa Hirsh a partir das 18.30, e amanhã *Argentina silênciosa quebrada* (1987) de Victor Fridman, à mesma hora.

música popular portuguesa com Carlos Paredes, grupo etnográfico «Cantares do Alentejo», a «Ronda dos Quatro caminhos» e o Coral de Évora. No Coliseu de Lisboa estará nos dias 24, 25 e 26 Joanna; actua no Porto a 30 de Setembro e 1 de Outubro.

Bailado

A Companhia de Dança José Limón termina hoje, às 21 horas, a seu ciclo de actuações no Teatro Nacional de S. Carlos, apresentando «The Traitor» (J. Limón/Gunther Schuller), «Keeping Still, Mountain» (Carla Maxwell/Meredith Monk) e «A Choreographic Offering» (J. Limón/Bach).

Debate

Integrado nas comemorações do centenário do nascimento de Stuart Carvalhais, realiza-se no dia 24 no Auditório III da Fundação Calouste Gulbenkian às 18.30, uma mesa-redonda subordinada ao tema «A intervenção de Stuart nas primeiras

Exposições

LISBOA

Amadeo de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).

9 Artistas Franceses-87 — Galeria do Piso 1 do Centro de Arte Moderna.

Artes Plásticas Angolanas — Galeria EMI-VC. Palácio das Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais, 111 (até 30/9).

Colectiva — «Jovens Artistas II», pintura e escultura. Gal. Escada, R. da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 26/9).

Colectiva — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. só até às 13.00 (até 30/9).

Colectiva da António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).

Le Corbusier — Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 30/9).

30 Desenhos de Portinari — Na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

A exposição será completada pela apresentação da palestra-audiovisual «Projecto Portinari-Um Homem, um Tempo, uma Nação», pelo prof. João Cândido Portinari, no dia 6 de Outubro, às 21.30 no Auditório II da Gulbenkian e pela conferência «Saudades de Portinari», por Mário Dionísio, no dia 9 de Outubro, às 18.30, na Sala de Exposições Temporárias do CAM.

Eduardo Nery — Tapeçaria (retrospectiva), Museu Nac. do Traje, Parque do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Ernesto de Sousa —

«Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

«Fronteira Sul» — Trabalhos de artistas das Canárias. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom., das 14.00 às 20.00.

A Fundação Gulbenkian Vista pelas Crianças — Trabalhos premiados num concurso promovido junto das escolas oficiais do Ensino Básico entre crianças dos 5 aos 12 anos. Centro Artístico Infantil da Gulbenkian. Todos os dias, excepto 6.ª, das 15.00 às 17.00 (até 25/9).

Galli Bibiena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

Giuseppe Primoli — Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, Rua do Salitre, 146. Diariamente das 16.30 às 19.00 (até 28/9).

Gil Teixeira Lopes — «Giteiro — um retorno», Refetório do Mosteiro dos Jerónimos. De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30 (até 30/9).

Hernâni Cidade — Biblio-íconográfica, no centenário do seu nascimento. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 17.00 (até 30/9).

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madalena, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Lisboa e o Rio. Junta de Freguesia de Carnide, Lg. das Pimentais, 6-A. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00, sáb. e dom. até às 24.00 (até 30/9).

Luis Raiha — Desenho e Design. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/10).

Mantas de Monsaraz — Tapeçaria. Mu-

seu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Maria José Escolástico e Júlio Pego — Pintura. Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. 2.ª e 3.ª, das 18.00 às 20.00, de 4.ª a sáb., das 18.30 às 21.30 (até fim de Outubro).

Paula Ruella — Pintura. Galeria Da Vinci, Rua de Belém, 75-77. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 15/10).

Sérgio Costa — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. Diariamente das 15.00 às 20.00 (até 28/9).

PORTO

Aquisições recentes da Casa de Serralves e Obras do património do Estado. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977, à Av. Mar. Gomes da Costa. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00.

«O Barco Rabelo». Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

Colectiva — Arte para Férias». Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

OUTRAS LOCALIDADES

José de Guimarães — Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 2/10) — ALMANSIL.

Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.

Arte em Estanho — Peças de colecção reproduzidas por artesãos e métodos artesanais. Gal. Pop Cave, R. Diogo Pinheiro. De 4.ª a 2.ª das 14.00 às 20.00 (até 30/9) — BARCELOS.

João Espírito San-



Artes Plásticas — Angola 87. Pintura de António Ole

to — Fotografia e serigrafia. Centro cultural (até 28/9) — BENAVENTE.

Colectiva — Pintura: Braga vista pelos seus artistas. Gal. da Universidade, Av. Central (Até 30/9) — BRAGA.

Delfim Maya — Exposição comemorativa do centenário do escultor. Museu José Malhoa. CALDAS DA RAINHA.

III Bienal de Chaves — Os trabalhos premiados. Pavilhão do GATAT, Av. dos Aliados. Das 16.00 às 19.00 e das 20.00 às 23.00 (até 15/10) — CHAVES.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Miranda Justo e Tília Saldanha — Pintura. Circuito de Artes Plásticas, R. Castro Matoso — COIMBRA.

Individual de Álvaro Perdigão; colectiva de Bual, Cargaleiro, Kira, outros — pintura, escultura, colagem, tapeçaria, serigrafia. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.30 (até 30/10) — COSTA DA CAPARICA.

Almadarte — Pintura, escultura, colagem, tapeçaria e serigrafia. Av. General Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.30 — COSTA DA CAPARICA.

João Branco — Cerâmica. Museu Municipal. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 27/9) — ESTREMOZ.

«Evora — Os Povos e as Artes» — Salão Nobre dos Paços do Concelho. EVORA.

«História ao Vivo — a Escola Vai ao Museu» — Documental sobre a influência dos romanos no Algarve, a vida conventual em Faro, a vida rural em Santa Bárbara de Nexe, etc. Museu Arqueológico (até 9/10) — FARO.

Colectiva — Pintura,

desenho, serigrafia, cerâmica, escultura. Galeria Capitel (até 28/9) — LEIRIA.

«A Talha em Portugal» — peças, fotos, documentos. Até 30/9, no Castelo — LEIRIA.

«Um Olhar Sobre Canaças» — Etnográfica, sobre a vila de Canaças. Casa do Adro/Museu Municipal (Até 28/9) — LOURES.

João de Sousa Araújo — Pintura sacra. Até 30/9, Palácio Nacional — MAFRA.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.

Ana Carrasqueiro — «O Mar e a Terra», pintura. Sala de Exposições do Museu de Peniche (até 27/9) — PENICHE.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

«Cascais no Tempo dos Romanos» — Museu de Arqueologia e Etnografia (até 18/10) — SETÚBAL.

Lima de Freitas — «Mito. Simbologia. Figura». Convento de Jesus, Galeria de Exposições Temporárias (18/10) — SETÚBAL.

«Os Rosado Pinto na vida cultural setubalense». Museu de Setúbal/Convento de Jesus (até 27/9) — SETÚBAL.

Felícia/Cuca — Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião, rua Jorge de Sousa, 3. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 29/10) — SETÚBAL.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino. Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.



desportivamente
em curto
telefonía!



Paula Ruella — Pintura. Galeria Da Vinci

Tempo Fim de Semana



Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica o tempo apresentar-se-á amanhã, sexta-feira, com o céu geralmente muito nublado e com períodos de chuva, passando a aguaceiros no sábado. No domingo, haverá períodos de céu muito nublado.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Mais uma para a colecção...

A eliminação dos mísseis de curto e médio alcance provocou em todo o Mundo uma onda de esperança.

Pela Televisão soubemos de como grandes personalidades estrangeiras entendem o acontecimento. Vimos alemães, americanos, franceses, etc., unidos na satisfação disso que é o primeiro passo para o fim do pesadelo. Os insensatos têm cada vez mais a sua tarefa complicada. A opinião pública mundial obriga-os a «resignarem-se» à paz e ao futuro...

Uma das mais vigorosas e comovedoras declarações veio-nos da Grécia, por intermédio do seu presidente Papandreu. «É uma data histórica para toda a Humanidade...», começou ele. E vincou depois a necessidade de se darem novos passos no sentido da Paz.

Teria sido óptimo que a Televisão tivesse ouvido também algumas personalidades portuguesas. Com mil demónios, parece que não temos nada a ver com o assunto!

«Por acaso, na mesma altura, foi o Conselho Português para a Paz e Cooperação alvo de uma significativa distinção da ONU. Por isso, e pelo seu constante e pacífico labor, teria sido da maior justiça não só dar a notícia como proporcionar-lhe o justificado impacto.

Na RTP não se pensou assim, em tempo útil. Foi pena. Mais «uma» para a colecção.

Os fabricantes do crime

Debate sobre a marginalidade em Portugal, no *Jornal de Sábado*. Debate que seria interessante continuar aqui, se o espaço mo permitisse.

Mas fixemos a conclusão unânime: a marginalidade tem aumentado em Portugal nos últimos anos e, na base dela, estão o desemprego, a instabilidade social, a ausência de perspectivas, os conflitos familiares, etc.

Não seria preciso dizer mais nada para se compreender a acção nefasta dos governos onde a direita tem imperado. Não há qualquer especulação, é a realidade que entra pelos olhos dentro.

Eles enchem, continuam a encher a Televisão e o País, de palavreado oco onde o progresso, o desenvolvimento, a «melhoria das condições de vida», etc., imperam. Mas é tudo fogo-de-vistas. Dizem-no os sociólogos. A vida tem-se degradado. Aumentou o número de feridas no corpo da sociedade — a a resposta, ei-la aí está: a marginalidade e o crime...

Que diz agora Cavaco Silva? Diz que tudo leva tempo, que nada se faz do dia para a noite, que é preciso ter paciência...

Mas diziam isto antes das eleições? Não diziam. Antes, tudo era cor-de-rosa e refrescante como uma laranja...

... Conseguida com laranjas de veneno...

As tais «boas intenções»...

Como disse, não se trata de mera especulação. E já agora, não é apenas a realidade que o prova: são eles próprios que o dizem, com a maior desfaçatez.

Aconteceu naquela entrevista do ministro Mira Amaral, cuja dificuldade de expressão chega a ser penosa para quem o ouve — e até provavelmente para ele próprio.

Agora, sim. Agora é que ia ser bom, o projecto está em marcha e iria por diante. Mas — quer saber o repórter — já houve uma altura em que... Sim, pois, no tempo da «AD»... Mas, ó senhor ministro, por que é que nessa altura não se fez? Bom, vejamos... Porque «nos tempos da "AD"», o programa ficou ao nível das boas intenções...

Conclusão: agora o programa está apto a ultrapassar as intenções boas, para aceder mesmo ao nível das más intenções...

Entretanto, intensifica-se a presença de ministros no Telejornal. Também o ministro da Educação já procedeu à inauguração do órgão oficioso do Governo, para se referir a vários incómodos nos domínios educativos. Entre eles, o custo dos livros.

Como é que ele sabe isso? Pois sabe-o por experiência própria. O ministro tem oito filhos e sabe bem o que custa comprar os livros escolares...

O ministro sabe, mas sempre tem podido comprar os livros, fazer face às cruéis despesas de um ensino de tal forma oneroso. Imagine agora as agruras dos pais, de tantos pais, quando começa o ano lectivo...

... E talvez não venha longe o dia em que se fará luz plena sobre esse verdadeiro escândalo que são os compêndios escolares...

■ *Ulisses*

Síntese semanal da IMPRENSA

Nova era?

As hostes agitam-se. A rapina prepara-se. No campo da revisão constitucional, o PSD estuda as cem maneiras de acabar com a Constituição da República Portuguesa, dando a ideia que se trata tão só de uma «revisão». Entretanto, novos capitalistas e velhos fascistas, reagrupam-se e deitam mão à economia nacional, servindo de testas de ferro para as multinacionais e o imperialismo.

No plano da política externa, e apesar das vociferações a alienação da soberania nacional atinge o cúmulo. As notícias dão-se como se tal fosse a coisa mais natural deste mundo. E os jornais da direita pulam e repulm como se tudo estivesse já conseguido. Dizem que começou «uma nova era»...

Mensagem recebida

«Está tudo preparado para que uma delegação portuguesa, de natureza pública, se desloque ao Irão para apreciar conjuntamente com as autoridades iranianas o panorama da venda de armas por entidades nacionais àquele país.»

(...)

A viagem desta delegação coincide, no entanto, com um momento crucial de viragem na estratégia ocidental, e sobretudo norte-americana, de vendas de armas no quadro do conflito irano-iraquiano.

(...)

Tudo isto está longe de ser assumido oficialmente pelos EUA, sob pena de ineficácia.

Trata-se de uma viragem lenta, cuidada e dissimulada, muito mais do que uma mudança radical e pública de política externa.

Só que a mensagem já chegou a Portugal.»

(«Semanário», 19 Setembro 1987)

Linhas para nos coserem

«Através de várias fontes, todas elas falando a coberto do anonimato, o «Semanário» conseguiu apurar quais as reais linhas de fractura entre duas sensibilidades. Uns, defendem uma «nova Constituição», expurgada de muitos dos seus actuais artigos, adequada ao momento histórico em que o País vive e, sobretudo, um projecto de revisão que contemple propostas anteriores do PSD. Outros, trabalham no mero propósito de elaborar uma simples revisão constitucional», que contemple o essencial em vez do acessório, as realidades em vez dos desejos, que seja 'realista'.

(...)

No que toca ao anteprojecto de revisão propriamente dito, a grande novidade parece residir na vontade do PSD em retirar da Constituição actual alguns artigos relativos aos direitos sociais e 'flexibilizar' outros referentes aos dos trabalhadores.»

(«Semanário», 19 Setembro 1987)

O bom liberal

«A acreditar no que ouvi, as sociedades liberais assentariam afinal no egoísmo privado e na simples lógica dos interesses. A ética do interesse próprio não seria afinal ética

nenhuma: limita-se a uma designação elegante para uma guerra de todos contra todos. E o bom liberal seria aquele que aprecia e aplaude os vencedores dessa guerra.

(...)

É sempre desagradável ouvir disparates.»

(João Carlos Espada em «Expresso», 19 Setembro de 1987)

«Aos poucos e poucos, sem grandes alardes, os grandes grupos empresariais privados renascem em Portugal. Já não identificados pelos nomes dos seus fundadores, como era hábito antes de 1974 (Mello, Champaulimaud, Pinto de Magalhães, etc.), mas conotados com o nome das empresas que os lideram, a RAR, Sonae e Corticeira Amorim são três exemplos concretos, todos eles do Norte do País.

(...)

Américo Amorim lidera o grupo mais antigo. Hoje com 53 anos, este empresário herdou o negócio de fabricação de rolinhos de cortiça, que o seu avô havia criado na segunda metade do século passado e que o seu pai e tios haviam continuado.

(...)

No conjunto das suas actividades, Américo Amorim deve ter um volume de negócios próximo dos 30 a 35 milhões de contos por ano. A preços de mercado, o grupo vale seguramente quatro ou cinco vezes mais.

(...)

Continuando por ordem cronológica, o segundo grupo a aparecer foi a RAR, que se constituiu em 1962, com base em nove pequenas unidades de refinação. Oito anos mais tarde, a RAR associava-se aos britânicos da Tate & Lyle, constituindo a Acembex. Uma *trading* sediada em Lisboa.

(...)

Actualmente o grupo RAR vende mais de vinte milhões de contos por ano. Detém metade do mercado nacional de açúcar e de álcool destilado, através das duas refinarias e da Sociedade Lusitana de Destilação. Lidera o mercado de chocolates, à frente da Nestlé, Cadbury, Mars e Suchard, com as marcas Allegro, Pantagruel, Crown e Pintarolas, entre outras.

(...)

Finalmente, a Sonae de Belmiro de Azevedo. Há cinco anos atrás a Sonae era ainda a Sociedade Nacional de Estratificados de Madeira, fundada em 1959 por Afonso Pinto de Magalhães e com actividade concentrada nos aglomerados de madeira.

(«Semanário», 19 Setembro 1987)

A Sonae passa a *holding* de um grupo que, actualmente, controla trinta e uma empresas independentes e vende mais de trinta milhões de contos por ano. Para 1987, os objectivos são ultrapassar os 50 milhões de volume de negócios. Uma meta que transformará a Sonae no maior grupo privado português.

(...)

No conjunto, a Amorim, RAR e Sonae mexem anualmente mais de cem milhões de contos. Tanto como o movimento já registado para a Bolsa de Lisboa, em 1987.»

(«Semanário», 19 Setembro 1987)

Hostes preparam-se

As suspeições contra membros do Governo vão obviamente aumentar com a reprivatização de empresas públicas. Milhões de contos estão envolvidos. Possivelmente quase todos os grupos económicos, antigos e novos, portugueses e estrangeiros, apoiaram o PSD e a sua campanha eleitoral na expectativa de ganhos próximos. Já se especula acerca de ligações entre *lobbies* e sectores ou empresas a reprivatizar. Sabe-se que os grupos perdedores não pouparão ataques e acusações.

A função da informação é a de resistir às pressões de grupos ou personalidades.

Não que a informação pública ou privada não possa ser pressionada por redes de influência montadas por grupos económicos. Não que a informação privada não tenha os seus accionistas com interesses empresariais conhecidos.»

(«Semanário», 19 Setembro 1987)

«Balbúrdia no ar, silêncio em terra. As hostes preparam-se. Abundam os candidatos. No caso dos jornais, a tese maioritária é que o Estado deve reduzir a zero o passivo das empresas antes de proceder a ofertas públicas de venda. Nessa perspectiva, serão muitos os chamados.

O «Jornal de Notícias» interessaria ao português Balsemão e ao britânico Murdoch. Os empresários do Norte tenderiam a considerar-se sem vocação para esse tipo de investimentos — disseram-nos. O «Record» seria apetecido por Marcel de Almeida, do Benfica, pelo comendador António Gomes, «sponsor» do general Eanes, também pelos próprios jornalistas do periódico, sem falar nos grupos liderados por Carlos Barbosa e Pinto Balsemão que aparecem sempre referidos em quase todos os negócios da comunicação social. Designadamente, no «Diário Popular» (Balsemão seria um regresso), no «Diário de Notícias» (Barbosa é o concorrente, mas também Gonçalves Pereira e um grupo de jornalistas liderados por Diniz de Abreu). «A Capital» interessaria à CEIG, de João Tito de Moraes, possivelmente em associação com Rodolfo Iriarte e outros jornalistas. Letria, eventualmente com o patrocínio do comendador nortenho, seria igualmente um candidato forte ao comando de «A Capital».

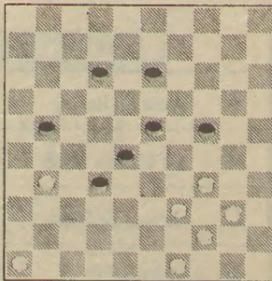
Em matéria de Televisão, além dos quatro candidatos de peso já conhecidos (Barbosa, Balsemão, Tito de Moraes e Patriarcado) apareceu esta semana a declaração de intenções da UGT, que quer investir no sector.»

(«Semanário», 19 Setembro 1987)

Damas

CXX - 24 de Setembro de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 120
Por: Isidore Weiss, 1921

Pr.: [7]: 12-13-21-23-24-28-32



Br.: [7]: 31-34-39-40-44-46-49

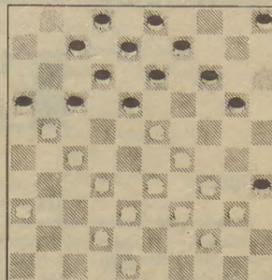
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 120

Torneio Internacional de Paris, 1898

Por: Isidore Weiss

Pr.: [14]: 2-3-5-7-8-9-12-13-14-16-17-18-20-35



Br.: [14]: 21-23-27-29-32-33-34-36-38-39-40-42-44-48

Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÕES DO CXX

N.º 120 (I.W.): 34-30 (24x35) 39-33 (28x50) 31-26 (35x44) 26x37 (50-45) 49x40 (45x41) 46x37+

Golpe N.º 120 (I.W.): 34-30 (17x21) 40-34 (35x24) 23-19 (14x23) 36-31 (26x28) 33x22 (24x33) 39x19 (13x24) 24x41+

■ A. de M.M.

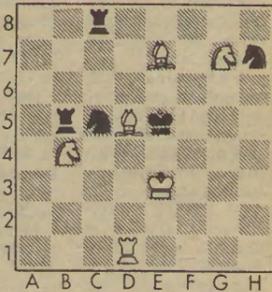
Xadrez

CXX - 24 de Setembro de 1987

Proposição N.º 120

Por: H. Alves e A. Volkman
1.º Prémio «Torneio Dortmund - Hombruch-Barop», 1951

Pr.: [5]: Cs. c5, h7-Ts. b5, c8-Rés



Br.: [6]: Cs. b4, g7-Bs. d5, e7-Tdl-Ré3
Mate em 2 lances

3.º Festival Spring, Budapeste, 1987

Br.: Kral - Pr.: Barlov

1. e4, c5; 2. Cf3, Cc6; 3. d4, C:d4; 4. C: d4, Db6; 5. Cb3, Cf6; 6. Cc3, éb; 7. Bc3, Dc7; 8. a3, a6; 9. f4, d6; 10. Bc2, b5; 11. Bf3, Bb7; 12. Dc2, Bc7; 13. 0-0, Tc8; 14. g4, Cd7; 15. g5, 0-0, 16. Df2, Ca5; 17. C: a5, D: a5; 18. f5, Cc5; 19. Bb6, C: f3+; 20. Rhl, D: c3, 21. c3, é: f5; 22. Dc2, T: c3; 23. Bc3, B: e4; 24. T: f3, B: g5; 25. Rgl, B: f3; 26. D: f3, B: e3+; 27. Rg2, Bd4; 28. Ddl, Bc5; 29. a4, Tf8; 30. a: b5, T: c2+ e as brancas abandonam.

Solução N.º 120

Chave: 1. Bc4! ameaça: 2. Td5++
1., Cc5 joga; 2. Cd3++
1., Td8; 2. Cc6++

■ A. de M. M.